

N E P A D

**A NOVA PARCERIA PARA O
DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA**

OUTUBRO DE 2001

A NOVA PARCERIA
PARA
O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA
(NEPAD)

ABREVIATURAS E EXPLICAÇÕES

AGOA	Acto para o Crescimento e Oportunidades da África.
UA	União Africana.
CGIAR	Grupo Consultivo para a Investigação Agrícola Internacional.
DAC	Comité de Assistência ao Desenvolvimento.
EBA	“Tudo Menos Armas”.
ECA	Comissão Económica das NU para África.
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental.
FAO	Organização das NU para Alimentação e Agricultura.
FARA	Fórum para a Investigação Agrícola em África.
PIB	Produto Interno Bruto.
GEF	Serviço Mundial para o Ambiente.
GESI	Iniciativa Global para o Saneamento Ambiental.
GIS	Sistema de Informação Geográfica.
PNB	Produto Nacional Bruto.
GSP	Sistema Generalizado de Preferências.
HIPC	Países Pobres Altamente Indevitados.
VIH/SIDA	Vírus de Imunodeficiência Humana/Síndrome de Imunodeficiência Adquirida.
IAF	Fórum Internacional de Acreditação.

TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação.
IDA	Assistência Internacional ao Desenvolvimento.
IDG	Meta Internacional de Desenvolvimento.
IEC	Comissão Internacional de Electrotecnicia.
FMI	Fundo Monetário Internacional.
ISO	Organização Internacional de Normalização.
ODA	Assistência Pública ao Desenvolvimento.
OECD	Organização para a Cooperação Económica e Desenvolvimento.
PPP	Parceria Pública-Privada.
PRSP	Documento sobre a Estratégia da Redução da Pobreza.
RETOSA	Organização Regional do Turismo da África Austral.
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral.
TBT	Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio.
NU	Nações Unidas.
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.
E.U.A.	Estados Unidos da América.
OMS	Organização Mundial da Saúde.
OMPI	Organização Mundial da Propriedade Intelectual.
OMC	Organização Mundial do Comércio.

ÍNDICE

I.	INTRODUÇÃO.....	1 - 2
II.	ÁFRICA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO: ENTRE A POBREZA E A PROSPERIDADE.....	3 - 5
	História sobre o Empobrecimento de um Continente.....	5 - 6
	África e a Revolução Mundial.....	6 - 9
III.	A NOVA VONTADE POLÍTICA DOS LÍDERES AFRICANOS.....	10 - 12
IV.	UM APELO AOS POVOS DA ÁFRICA.....	13 - 14
V.	PROGRAMA DE ACÇÃO: ESTRATEGIA PARA A REALIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO SÉCULO 21.....	15 - 17
A.	CONDIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	18
A1.	Iniciativas sobre Paz, Segurança, Democracia e Governação Política.....	18
	(i) Iniciativa sobre a Paz e Segurança.....	18 - 19
	(ii) Iniciativa sobre a Paz e a Governação Política.....	19 - 21
A2.	Iniciativa sobre a Economia e a Governação Corporativa.....	22 - 23
	Abordagens Sub-regional e Regional ao Desenvolvimento.....	23 - 24
B.	SECTORES PRIORITÁRIOS.....	25
B1.	Diminuindo o Fosso Infraestrutural.....	25
	(i) Todos os Sectores das Infraestruturas.....	25 - 27

(ii)	Diminuindo o Fosso Digital; Investimento nas Tecnologias da Informação e Comunicação.....	27 - 29
(iii)	Energia.....	29 - 30
(iv)	Transporte.....	30 - 31
(v)	Água e Saneamento.....	31 - 32
B2.	Iniciativa sobre Desenvolvimento de Recursos Humanos, incluindo a Inversão da Fuga de Cérebros.....	33
(i)	Redução da Pobreza.....	33 - 34
(ii)	Reduzir Fosso na Educação.....	34 - 35
(iii)	Inversão da Fuga de Cérebros.....	35
(iv)	Saúde.....	36 - 38
B3.	Agricultura.....	38 - 39
B4.	A Iniciativa sobre Ambiente.....	39 - 40
B5.	Cultura.....	41
B6.	Plataformas da Ciência e Tecnologia.....	41 - 42
C.	MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS.....	43
C1.	A Iniciativa sobre os Fluxos.....	43
(i)	Incrementar a Mobilização de Recursos Internos.....	43
(ii)	Paliação da Dívida.....	44

(iii)	Reformas na APD.....	45
(iv)	Fluxos de Capital Privado.....	45 - 46
C2.	A Iniciativa sobre o Acesso ao Mercado.....	46
(i)	Diversificação da Produção.....	46 - 47
(ii)	Agricultura.....	47 - 49
(iii)	Mineração.....	49
(iv)	Manufatura.....	50 - 52
(v)	Turismo.....	52 - 53
(vi)	Serviços.....	53
(vii)	Promoção do Sector Privado.....	53 - 54
(viii)	Promoção das Exportações Africanas.....	54 - 57
(ix)	Eliminação de Barreiras Não-Tarifárias.....	57
VI.	UMA NOVA PARCERIA MUNDIAL.....	58 - 59
	Estabelecer um Novo Relacionamento com os Países Industrializados e Organizações Multilaterais.....	60 - 62
VII.	<i>IMPLEMENTAÇÃO DA NOVA PARCERIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA.....</i>	63
	Projectos.....	63
(i)	Agricultura.....	63 - 64
(ii)	Promoção do Sector.....	64

(iii) Infraestruturas e Integração Regional.....	64
Avaliação das Necessidades.....	65
Mecanismo de Gestão da <i>Nova Parceria para o Desenvolvimento da África</i>	66
O Comité de Implementação dos Chefes de Estado.....	66
VIII. CONCLUSÃO.....	67

I. INTRODUÇÃO

1. Esta "*Nova Parceria para o Desenvolvimento da África*" é uma promessa dos líderes Africanos, baseada numa visão comum e numa convicção firme e partilhada de que eles têm a missão urgente de erradicar a pobreza e colocar os seus países, individual e colectivamente, na via do crescimento sustentável e do desenvolvimento e, ao mesmo tempo, de participarem activamente na economia mundial e na vida política. O Programa é igualmente, baseado na determinação dos Africanos de se livrarem a si próprios e o continente dos males do sub-desenvolvimento e da exclusão num mundo em globalização.

2. A pobreza e o atraso da África são um contraste marcante com a prosperidade do mundo desenvolvido. A continuada marginalização da África do processo da globalização e a exclusão social da vasta maioria das suas populações constituem uma ameaça séria a estabilidade mundial.

3. Historicamente, o acesso as instituições da Comunidade Internacional, ao crédito e a ajuda binomial sublinhou a lógica do desenvolvimento Africano. O crédito originou o ciclo da dívida que, das prestações ao rescalonamento, ainda persiste e prejudica o crescimento dos países africanos. Esta opção atingiu os seus limites. Em relação ao outro elemento da ajuda binomial, pode-se igualmente registar a redução da ajuda privada e o limite máximo da ajuda pública que se situa abaixo das metas definidas nos 70.

4. Em África, 340 milhões de pessoas, ou seja a metade da população, vivem com menos de um (1) \$EU por dia. A taxa de mortalidade entre crianças de menos de cinco (5) anos de idade atinge aos 140 por 1000 e a esperança de vida ao nascimento é de apenas 54 anos. Somente 58% da população tem acesso a água potável. A taxa de analfabetismo entre pessoas de idade superior a 15 anos atinge os 41%. Existem apenas 18 linhas telefónicas principais para 1000 pessoas em África, comparadas com 146 para o resto do mundo em geral e 567 nos países de alto rendimento.

5. A "*Nova Parceria para o Desenvolvimento da África*" procura inverter esta situação anormal, através da mudança das relações sobre as quais ela assenta. Os africanos são chamados a não continuarem a aceitar o aprofundamento da dependência, através da ajuda, nem a aceitarem concessões marginais.

6. Nós estamos convencidos de que existe uma oportunidade histórica que se apresenta para pôr termo ao flagelo do subdesenvolvimento que afecta a África. Os recursos incluindo capital, tecnologia e capacidades humanas,

necessárias para lançar uma guerra generalizada contra a pobreza e o subdesenvolvimento existem em abundância e estão ao nosso alcance. O que é necessário para mobilizar estes recursos e utilizá-los correctamente é uma liderança determinada e esclarecida que esteja verdadeiramente engajada no esforço do desenvolvimento humano sustentado e na erradicação da pobreza, bem como uma nova parceria global baseada na responsabilidade partilhada e no interesse mútuo.

7. Em todo o continente, os Africanos declaram que jamais aceitarão ser condicionados pelas circunstâncias. Nós definiremos o nosso próprio destino e apelamos ao resto do mundo para que complemente os nossos esforços. Já existem sinais de progresso e de esperança. Regimes democráticos que estão engajados na protecção dos direitos humanos, desenvolvimento centrado no homem e em economias de mercado estão a florescer. As populações africanas começam a manifestar a sua recusa em aceitar uma liderança económica e política medíocre. Estes acontecimentos, porém, são dispersos e inadequados e necessitam de ser acelerados.

8. A "*Nova Parceria para o Desenvolvimento da África* " é acerca da consolidação e aceleração destes ganhos. É um apelo para um novo relacionamento de parceria entre a África e a Comunidade Internacional, especialmente os países altamente industrializados, para reduzir o fosso de desenvolvimento que não para de aumentar por causa de séculos de relações desiguais.

II. AFRICA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO: ENTRE A POBREZA E A PROSPERIDADE

9. O lugar da África na comunidade mundial é definido pelo facto de que o continente constitui uma base de recursos indispensáveis que têm servido toda a humanidade ao longo de muitos séculos.

10. Estes recursos podem ser classificados nos seguintes elementos:

- O rico complexo de depósitos mineral, petróleo e gás, a flora e a fauna natural não explorada que proporcionam uma base para a actividade mineira, agrícola, turismo e o desenvolvimento industrial (primeiro elemento);
- O pulmão ecológico proporcionado pela floresta tropical húmida e a presença mínima de emissões e de efluentes nocivos ao meio ambiente num património público global que beneficia toda a humanidade (segundo Elemento);
- Os locais paleontológicos e arqueológicos que contêm provas das origens da terra, vida e da raça humana e os habitats naturais contendo uma variada gama de flora e fauna, espécies animais únicas e os espaços abertos e inabitados que caracterizam o continente (terceiro Elemento);
- A riqueza cultural da África e a sua contribuição a uma variedade de culturas da comunidade mundial (Quarto Elemento).

11. O mundo está mais familiarizado com o primeiro elemento. O segundo só recentemente é que ganhou proeminência, a medida que a humanidade começa a compreender a importância crucial das questões do ambiente. O terceiro elemento está igualmente a ganhar a sua importância própria, como uma questão que não só preocupa um ramo limitado da ciência ou os museus e seus curadores. O quarto elemento representa a criatividade dos povos africanos que, em diversas formas, continua inexplorado e subdesenvolvido.

12. África tem um importante papel a desempenhar com respeito a crucial questão da protecção do ambiente. Os recursos africanos incluem as florestas tropicais, a atmosfera continental virtualmente livre de dióxido de carbono e a presença mínima de efluentes tóxicos nos rios e solos banhados pelos Oceanos Atlântico e Índico e os mares Mediterrâneo e Vermelho. A

"*Nova Parceria para o Desenvolvimento da África*" inclui uma estratégia para o aproveitamento destes recursos e a sua utilização para o desenvolvimento do continente africano, ao mesmo tempo que serão envidados esforços com vista a sua conservação para o bem de toda a humanidade.

13. É obvio que a menos que as comunidades nos arredores das florestas tropicais húmidas tenham meios alternativos de subsistência, eles colaborarão na destruição das florestas. Sendo que a conservação deste importante património do ambiente é no interesse da humanidade, é imperioso que a África seja colocada na via do desenvolvimento que não coloque as florestas em perigo.

14. A ciência moderna reconhece a África como berço da humanidade. Como parte do processo da reconstrução da identidade e auto-confiança dos povos da África, é necessário que esta contribuição para a existência humana seja compreendida e valorizada pelos próprios africanos. O estatuto da África como berço da humanidade deve ser apreciado por todo o mundo, como origem de todos os seus povos. Desta forma, a "*Nova Parceria para o Desenvolvimento da África*" deve preservar esta herança comum e utilizá-la para construir um entendimento universal sobre a necessidade histórica de pôr termo ao sub-desenvolvimento e marginalização do continente.

15. África tem igualmente um principal papel a jogar na manutenção do elo forte entre os seres humanos e o mundo natural. Os avanços tecnológicos tendem a realçar o papel dos seres humanos como factores de produção quer com os seus instrumentos contemporâneos ou futuros, competem pelo seu lugar no processo de produção. Os espaços abertos e inabitados, a flora e a fauna, a diversidade de espécies animais únicas a África oferecem uma oportunidade para a humanidade manter este laço com a natureza.

16. África já deu uma significativa contribuição ao mundo da cultura, através da literatura, música, artes visuais e outras formas culturais, mas o seu real potencial continua inexplorado por causa da sua limitada integração na economia mundial. A "*Nova Parceria para o Desenvolvimento da África*" vai permitir que a África incremente a sua contribuição a ciência, cultura e tecnologia.

17. Neste novo milénio, em que a humanidade esta a busca de uma nova via para construir um mundo melhor, é importante que coloquemos a combinação destes atributos e as forças da vontade humana para colocar o

continente no pedestal da parceria equitativa no avanço da civilização humana.

O Empobrecimento Histórico de um Continente

18. O empobrecimento do continente africano foi essencialmente acentuado pelo legado do colonialismo, guerra fria, os mecanismos do sistema económico internacional e as desigualdades e insuficiências das políticas prosseguidas por muitos países na era pós-independência.

19. Durante séculos, África tem estado integrada na economia mundial principalmente como provedora de mão-de-obra barata e de matérias primas. Isto implicou necessariamente a drenagem dos recursos africanos, ao invés da sua utilização para o desenvolvimento do continente. A ideia que prevaleceu naquele período de utilizar os minerais e as matérias primas para desenvolver indústrias manufactureiras e uma força de trabalho altamente especializada para sustentar o crescimento e o desenvolvimento, foi perdida. Assim, a África permaneceu o continente mais pobre, a despeito de ser a região mais dotada de recursos do mundo.

20. Em outros países e em outros continente, o inverso foi o caso. Houve infusão da riqueza sob a forma de investimentos que criaram maior volume de riqueza, através da exportação de produtos de valor adicionado. É chegado o momento dos recursos da África serem aproveitados para criar a riqueza para o bem estar dos seus povos.

21. O colonialismo submeteu as estruturas, instituições e valores tradicionais até então existentes ou transformou-os por forma a servir as necessidades económicas e políticas das potenciais imperiais. Ele retardou igualmente o desenvolvimento de uma classe empresarial e de uma classe médica, dotado de aptidões e de capacidade de gestão.

22. Por altura da independência, virtualmente todos os novos Estados eram caracterizados pela falta de pessoal qualificado e uma fraca classe capitalista, o que resultou no enfraquecimento do processo de acumulação. A África pós-colonial herdou estados fracos e economias disfuncionais que foram agravados ainda por uma liderança fraca, pela corrupção e má-governança em muitos países. Estes dois factores, conjugados com divisões causados pela guerra fria, minaram o desenvolvimento de governos responsáveis em todo o continente.

23. Muitos governos africanos não capacitaram os seus povos para enveredarem em iniciativas de desenvolvimento a fim de realizarem o seu potencial criativo. Hoje, o estado fraco permanece o principal obstáculo ao desenvolvimento sustentável em muitos países africanos. Na verdade, um dos principais desafios que África enfrenta é o de fortalecer a capacidade de governar e desenvolver políticas a longo prazo. Ao mesmo tempo, existe igualmente a necessidade premente de implementar reformas e programas de longo alcance em muitos Estados africanos.

24. Os programas de ajustamento estrutural dos anos 80 providenciaram apenas uma solução parcial. Eles promoveram reformas que tendiam a remover graves distorções nos preços, mas prestavam uma atenção inadequada a prestação dos serviços sociais. Consequentemente, apenas alguns países conseguiram alcançar níveis mais elevados de crescimento sustentável, ao abrigo desses programas.

25. Com efeito, a experiência da África demonstra que a taxa de acumulação no período pós-colonial não foi suficiente para reconstruir sociedades depois do sub-desenvolvimento imposto pelo colonialismo ou manter melhorias nos padrões de vida. Isso teve consequências nefastas sobre o processo político e conduziu ao clientelismo e a corrupção.

26. O efeito nítido destes processos tem sido o agravamento do ciclo vicioso, através do qual, o declínio económico, reduzida capacidade e a má-governança, se reforçam mutualmente, confirmado deste modo o papel periférico e cada vez em diminuição da África na economia mundial. Assim, a África tornou-se, desde séculos, num continente marginalizado.

27. A "*Nova Parceria para o Desenvolvimento da África*" procura ter como base as realizações do passado, bem como reflectir sobre as lições aprendidas através da dolorosa experiência, por forma a estabelecer uma parceria credível e implementável. Para o efeito, o desafio que se coloca a população e governos da África é o de compreender que o desenvolvimento é um processo de capacitação e de auto-suficiência. Deste modo, os africanos não devem ficar sob tutela de protectores benevolentes; pelo contrário, eles devem ser os arquitectos do seu próprio desenvolvimento.

África e a Revolução Mundial

28. O mundo entrou um novo milénio caracterizado por uma revolução económica. Esta revolução pode proporcionar o contexto e os meios para o

rejuvenescimento da África. Embora a globalização tenha incrementado o custo da capacidade da África de competir, nós defendemos que as vantagens de uma integração bem gerida apresentam as melhores perspectivas para a futura prosperidade económica e redução das pobreza.

29. A actual revolução económica foi, em parte, possível, graças aos avanços registados na tecnologia da informação e comunicação (TIC) que reduziram os custos e incrementaram o volume das comunicações em todo o globo, abolindo as barreiras de tempo e espaço pré-existentes e afectando todas as áreas da vida social e económica. Ela possibilitou a integração dos sistemas nacionais de produção e finanças e está reflectido no crescimento exponencial na escala dos fluxos transfronteiriços de mercadorias, serviços e capital.

30. A integração dos sistemas nacionais de produção possibilitou a "repartição da cadeia do valor" em muitas empresas dos sectores manufactureiro, serviços e de produção. Ao mesmo tempo, a acrescida mobilidade do capital implica que os contraentes de empréstimos, sejam eles governos ou entidades privadas, devem competir uns com os outros pelo capital no mercado mundial, ao invés de o fazer nos mercados nacionais. Ambos os processos aumentaram os custos para aqueles países que não conseguem competir efectivamente. Em grande medida, estes custos foram desproporcionalmente suportados por África.

31. Muito embora não exista nenhum canto do mundo que se tenha escapado dos efeitos da globalização, as contribuições das várias regiões e nações registam acentuadas diferenças. As nações altamente industrializadas são as principais locomotivas destes importantes avanços. Fora deste domínio, apenas alguns países do mundo em desenvolvimento desempenham um importante papel na economia mundial. Muitos países em desenvolvimento, especialmente em África, contribuem passivamente e essencialmente com base nos recursos do ambiente e outros de que são dotados.

32. É na distribuição dos benefícios que o desequilíbrio global é mais marcante. Por um lado, aumentaram as oportunidades de criar ou expandir a riqueza, adquirir conhecimentos e aptidões e melhorar o acesso as mercadorias e aos serviços; em resumo, melhorar a qualidade da vida. Em algumas partes do mundo, a busca de uma maior abertura da economia mundial criou oportunidades para tirar milhões de pessoas da pobreza.

33. Por outro lado, uma maior integração conduziu a uma acrescida marginalização daqueles países que não são capazes de competir efectivamente. Na ausência de regras mundiais justas, a globalização aumentou a capacidade do forte fazer avançar os seus interesses em detrimento do fraco, especialmente nas áreas do comércio, finanças e tecnologia. Ela limitou o espaço aos países em desenvolvimento de controlarem o seu próprio desenvolvimento, visto que o sistema não prevê um dispositivo para compensar o fraco. As condições dos que estão marginalizados neste processo agravaram em termos reais. Emergiu uma fissura entre a inclusão e exclusão entre as nações.

34. Em parte, a incapacidade da África tirar proveito do processo da globalização é resultado de impedimentos estruturais ao crescimento e desenvolvimento sob a forma de fluxos de recursos e termos de comércio desfavoráveis. Ao mesmo tempo, nós reconhecimentos que os processos na liderança política e económica em muitos países africanos impediram a mobilização e a utilização efectivas dos poucos recursos nas áreas da actividade produtiva, a fim de atrair e facilitar o investimento interno e estrangeiro.

35. O baixo nível da actividade económica significa que os instrumentos necessários para a injeção real de fundos privados e tomada de riscos não são disponíveis, o que resulta num declínio acrescido. Neste ciclo perpétuo, a capacidade da África de participar no processo de globalização é severamente enfraquecida, conduzindo a uma acrescida marginalização. A incrementada polarização da riqueza e pobreza é um dos vários processos que acompanharam a globalização e que ameaçam a sua sustentabilidade.

36. Os últimos anos do século findo testemunharam um importante colapso financeiro em muitas partes do mundo em desenvolvimento que não só afectou a estabilidade do sistema financeiro mundial, como também a própria economia mundial em geral. Um dos efeitos imediatos da crise financeira foi a exacerbação dos níveis existentes de pobreza profunda e estrutural em que cerca de metade da população mundial vive com menos de \$2 por dia, e um quinto com menos de \$1 por dia.

37. Outros factores existem que colocam sérios riscos a mais longo prazo. Estes incluem o rápido incremento nos números dos socialmente excluídos em diferentes partes do mundo, o que contribui para a instabilidade política, guerra civil e conflito militar, por um lado, e um novo padrão de migração massiva, por outro. A expansão da produção industrial e o crescimento da

pobreza contribuíram para a degradação ambiental dos nossos oceanos, da atmosfera e da vegetação natural. Se esta questão não for resolvida, ela vai desencadear processos que rapidamente estarão fora do controlo dos governos, quer dos países desenvolvidos e os em desenvolvimento.

38. Os meios para inverter este cenário sombrio ainda não estão fora do nosso alcance. Melhorias nos padrões de vida dos marginalizados oferecem um potencial enorme para o crescimento em toda a economia internacional, através da criação de novos mercados e do aproveitamento da acrescida capacidade económica. Isso resultará numa maior estabilidade a escala mundial, acompanhada por um sentido de bem estar económico e social

39. Por conseguinte, o imperativo do desenvolvimento não só coloca um desafio a consciência moral; ele é, com efeito, o fundamento para a sustentabilidade do processo da globalização. Nós admitimos prontamente que a globalização é um produto dos avanços científicos e tecnológicos, muitos dos quais são orientados para os mercados. Porém, os governos - particularmente os do mundo desenvolvido, desempenharam, de parceria com o sector privado, um importante papel na definição da sua forma, conteúdo e curso.

40. O caso em relação ao papel das entidades nacionais e instituições privadas na orientação da agenda da globalização ao longo de um passo sustentável, no qual os benefícios são mais equitativamente distribuídos, permanece importante. A experiência demonstra que, apesar das oportunidades sem paralelo proporcionados pela globalização a alguns países anteriormente pobres, não existe nada inerente ao processo que reduza automaticamente a pobreza e a desigualdade.

41. O que é necessário é um engajamento da parte dos governos, sector privado e outras instituições da sociedade civil, a favor de uma verdadeira integração de todas as nações numa economia mundial e na vida política. Isto exige o reconhecimento da interdependência global com respeito a produção e procura, base ambiental que sustenta o planeta, migração transfronteira, uma arquitectura financeira que premeia a boa gestão sócio-económica e uma governação global que reconheça a parceria entre todos os povos. Nós defendemos que está ao alcance da comunidade internacional a criação de condições justas que permitam a África participar efectivamente na economia mundial e na vida política.

III. A NOVA VONTADE POLÍTICA DOS LÍDERES AFRICANOS

42. A "*Nova Parceria para o Desenvolvimento da África*" reconhece que, no passado foram feitas tentativas para a elaboração de programas de desenvolvimento a escala do continente. Por uma variada gama de razões, quer internas e externas, incluindo uma liderança e apropriação questionáveis pelos próprios africanos, essas tentativas não foram bem sucedidas. Hoje, porém, existe novas circunstâncias que conduzem a uma implementação prática e integrada.

43. A nova fase da globalização coincide com uma nova configuração nas relações internacionais do pós-guerra fria. Isto está associado ao surgimento de novos conceitos de segurança e de interesse próprio que incluem o direito ao desenvolvimento e da erradicação da pobreza. A democracia e a legitimidade do Estado foram redefinidos para incluir a noção de governo responsável, cultura dos direitos humanos e a participação popular, como elementos centrais.

44. O número dos líderes democraticamente eleitos conhece aumentos significativos. Mediante suas acções, eles declararam que as expectativas dos povos da África por uma vida melhor jamais deverão depender da magnanimidade dos outros.

45. Em todo o continente, a democracia está a propagar-se, com o apoio da União Africana (UA) que manifestou uma nova determinação de resolver os conflitos e censurar os desvios às normas. Estas iniciativas são reforçadas pelas vozes da sociedade civil, incluindo as associações das mulheres, jovens e os órgãos de comunicação independentes. Ademais, os governos africanos estão mais do que nunca, determinados a realizar os objectivos regionais e continentais de cooperação económica e integração. Isto serve para consolidar os ganhos da transformação económica e reforçar as vantagens da interdependência mútua.

46. As transformadas condições em África já foram reconhecidas pelos governos do mundo inteiro. A Declaração do Milénio das Nações Unidas, adoptada em Setembro de 2000, confirma a disponibilidade da comunidade mundial em apoiar os esforços em África para resolver a problemática do sub-desenvolvimento e marginalização do continente. A Declaração destaca o apoio para a prevenção de conflitos e a criação de condições de estabilidade e democracia no continente, bem como os importantes desafios da erradicação da pobreza e da doença. A Declaração realçou ainda o engajamento da comunidade mundial no sentido de elevar o fluxo de recursos para África

mediante o incremento das relações ligações a ajuda, comércio e a dívida entre a África e o resto do mundo e através do aumento do fluxo de capitais para o continente. O importante nesta fase é a tradução destes compromissos em realidade.

47. A "*Nova Parceria para o Desenvolvimento da África*" está centrada numa apropriação e gestão africanos. Através deste programa, os líderes africanos estão a adoptar uma Agenda para a renovação do continente. A Agenda baseia-se nas prioridades e planos de desenvolvimento nacionais e regionais que devem ser elaborados através de processos de participação que envolvam as populações. Nós acreditamos que, muito embora os mandatos dos líderes africanos derivem dos povos, é seu dever articular estes planos e dirigir os processos de implementação, em nome dos seus respectivas povos.

48. O Programa é um novo quadro de interacção com o resto do mundo, incluindo os países industrializados e as organizações multilaterais. Ele está baseado na agenda estabelecida pelos povos africanos, através das suas próprias iniciativas e sua vontade própria de serem os donos do seu próprio destino.

49. Para realizar estes objectivos, os líderes africanos assumem responsabilidade colectiva a respeito do seguinte:

- Fortalecimento dos mecanismos para a prevenção, gestão e resolução de conflitos, a níveis sub-regional e continental e assegurar que esses mecanismos são utilizados para restaurar e manter a paz;
- Promoção e protecção da democracia e dos direitos humanos nos seus respectivos países e regiões, através da definição de padrões claros de responsabilização, transparência e governação participativa aos níveis nacional e distrital;
- Restauração e manutenção da estabilidade macro-económica, especialmente através da definição de padrões de metas para as políticas fiscal e monetária e a introdução de quadros institucionais apropriados para a realização destes padrões;
- Instituição de quadros legais e reguladores transparentes para os mercados financeiros e a auditoria das companhias dos sectores privado e público;

- Revitalização e extensão da provisão da educação, formação técnica e dos serviços de saúde, com elevada prioridade para o tratamento do problema do VIH/SIDA, malária e outras doenças transmissíveis;
- Promoção do papel das mulheres no desenvolvimento económico e social, através do reforço da sua capacidade nos domínios da educação e formação; desenvolvimento das actividades geradoras de rendimento, através da facilitação do acesso ao crédito; e garantir a sua participação na vida política e económica dos países africanos;
- Construção de capacidades dos Estados em África, para definirem fazerem cumprir um quadro legal e manterem a lei e a ordem;
- Promoção do desenvolvimento de infra-estruturas, da agricultura e sua diversificação em indústrias agrárias e de manufactura para servir os mercados interno e de exportação.

IV. APELO AOS POVOS DA ÁFRICA

50. O projecto do Renascimento Africano deve permitir que o nosso continente, que foi filhado durante séculos, assuma o lugar de direito no mundo. Ele depende da edificação de uma economia forte e competitiva, a medida que o mundo avança rumo a uma maior liberalização e concorrência.

51. A *"Nova Parceria para o Desenvolvimento da África"* só será bem sucedida se for apropriada pelos povos africanos unidos na sua diversidade.

52. África, empobrecida pela escravatura, corrupção e má gestão económica, procura arrancar numa situação difícil. Todavia, se o enorme potencial em recursos naturais e humanos for devidamente aproveitado e utilizado, ele poderá conduzir ao crescimento equitativo e sustentável e promover a rápida integração da África na economia mundial.

53. Esta é a razão pela qual os nossos povos, a despeito das actuais dificuldades, devem reganhar a confiança no seu génio e na sua capacidade de enfrentar obstáculos e ser envolvidos na edificação de uma nova África. A presente iniciativa é uma expressão do engajamento dos líderes da África para traduzir a profunda vontade popular em acção.

54. Todavia, a luta que terão de travar só será vitoriosa se os nossos povos forem os donos do seu próprio destino.

55. Esta é a razão pela qual os líderes do continente lançam um apelo a todos os povos da África, na sua diversidade, para que reconheçam a gravidade da situação e a necessidade de se mobilizarem a fim de pôr termo a marginalização adicional do continente e assegurar o seu desenvolvimento, procurando reduzir o fosso que separa a África dos países desenvolvidos.

56. Nós exortámos, por conseguinte, aos povos da África para que enfrentem o desafio da mobilização em apoio a implementação desta iniciativa, através da criação, a todos os níveis, de estruturas para a organização, mobilização e acção.

57. Os líderes do continente estão conscientes do facto de o verdadeiro génio de um povo se medido pela sua capacidade de pensar de forma clara e imaginativa e sua determinação em apoiar o seu próprio desenvolvimento.

58. Nós não devemos abrandar os nossos esforços com vista a implementação deste ambicioso programa de edificação de economias fortes e

resilientes e de sociedades democráticas. A este respeito, os líderes africanos estão convencidos de que a África, um continente cujo desenvolvimento foi marcado por falsos arranques e fracassos, será bem sucedido nesta iniciativa.

V. PROGRAMA DE ACÇÃO: ESTRATÉGIA PARA A REALIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO SÉCULO 21

59. A *"Nova Parceria para o Desenvolvimento da África"* difere, na sua abordagem e estratégia, de todos os anteriores planos e iniciativas de apoio ao desenvolvimento da África, embora os problemas a serem resolvidos permaneçam, em grande medida, os mesmos.

60. A *"Nova Parceria para o Desenvolvimento da África"* é encarada como uma visão a longo prazo de um programa de desenvolvimento apropriado e dirigido pelos africanos.

61. O Programa de Acção inclui as elevadas prioridades estruturadas da mesma forma que a estratégia definida e estas prioridades podem ser revistas periodicamente pelo Comité de Implementação dos Chefes de Estado. O Programa cobre as necessidades a serem satisfeitas a curto prazo, a despeito do vasto leque de acções a serem realizadas.

62. Embora ao abrigo desta iniciativa, esteja previsto um financiamento a longo prazo, os projectos podem ser acelerados para ajudar a erradicar a pobreza em África e colocar os países africanos, individual e colectivamente, na via do crescimento e desenvolvimento sustentáveis e estancar por via disso, a marginalização da África no processo de globalização.

63. Embora existam outras prioridades urgentes, os que foram aqui seleccionados servem de catalizadores para intervenção em outras áreas prioritárias no futuro.

64. Apesar das taxas de crescimento serem importantes, elas não são por si sós suficientes para permitir aos países africanos alcançarem o objectivo da redução da pobreza. O desafio para África é, por conseguinte, o de desenvolver a capacidade para manter o crescimento aos níveis requeridos, por forma a alcançar o objectivo da redução da pobreza e do desenvolvimento sustentável. Isso, por sua vez, depende de outros factores, tais como a infraestrutura, acumulação de capital, o capital humano, instituições, diversificação estrutural, concorrência, saúde e uma boa conservação do meio ambiente.

65. O objectivo da *"Nova Parceria para o Desenvolvimento da África"* é o de conferir uma dinâmica ao desenvolvimento da África, através da redução dos fossos existentes nos sectores prioritários, e a fim de permitir que o continente

alcance os níveis de desenvolvimento atingidos nas outras partes desenvolvidas do mundo.

66. A nova visão a longo prazo vai exigir investimento massivo e enorme para reduzir os fossos existentes. O desafio que se coloca a África é o de ser capaz de mobilizar os financiamentos necessários nas melhores condições possíveis. Apelamos, deste modo, aos nossos parceiros ao desenvolvimento para que prestem assistência neste esforço.

67. **Objectivo a Longo Prazo**

- erradicar a pobreza em África e colocar os países africanos, individual e colectivamente, na via do crescimento e desenvolvimento sustentáveis e estancar, desta forma, a marginalização de que a África é objecta no processo de globalização.
- Promover o papel das mulheres em todas as actividades.

68. **Objectivos/Metas**

- Realizar e sustentar uma média da taxa de crescimento do produto interno bruto (PIB) acima dos 7% anuais nos próximos 15 anos;
- Assegurar que o Continente realize as Metas de Desenvolvimento Internacional (IDGs) acordados e que são:
 - □ reduzir em metade a proporção das populações que vivem na extrema pobreza entre 1990 e 2015;
 - □ matricular todas as crianças em idade escolar nas escolas primárias até 2015;
 - □ Realizar progressos para assegurar a igualdade do género e capacitar as mulheres, através da eliminação das disparidades sexuais no processo de matrículas na educação primária e secundária até 2015;
 - □ Reduzir, em dois terços, os rácios da mortalidade infantil e da criança entre 1990 e 2015;

- □ Reduzir, em dois terços, os rácios da mortalidade infantil e da criança entre 1990 e 2015;
- □ Reduzir os rácios da mortalidade materna em três quartos entre 1990 e 2015;
- □ Providenciar, o acesso para todos os necessitados aos serviços da saúde de reprodução até 2015;
- □ Implementar estratégias nacionais para realizar o desenvolvimento sustentável até 2015, por forma a investigar as perdas de recursos do ambiente até 2015.

69. A estratégia para alcançar os seguintes resultados previstos.

- crescimento e desenvolvimento económico e incremento do emprego;
- redução nos níveis da pobreza e da desigualdade;
- diversificação das actividades produtivas, promoção da concorrência internacional e do aumento das exportações;
- Incrementada integração africana.

70. Constatando que, a menos que algo de novo seja feito, África não alcançará a IDG e os 7% anuais na taxa do crescimento do PIB, os Chefes de Estado propõem o programa abaixo discriminado. O programa gira em torno de importantes termos e é apoiado por um detalhado plano de acção.

A. CONDIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A1. INICIATIVAS DE PAZ, SEGURANÇA, DEMOCRACIA E GOVERNAÇÃO POLÍTICA

71. Os líderes africanos aprenderam das suas próprias experiências que a paz, segurança, democracia, boa governação, os direitos humanos e uma gestão económica são condições para o desenvolvimento sustentável. Eles assumem o compromisso de trabalhar, individual e colectivamente, para promover estes princípios nos seus países e sub-regiões e no continente em geral.

(i) Iniciativa sobre Paz e Segurança

72. A Iniciativa sobre Paz e Segurança inclui três elementos, a saber:

- promoção de condições a longo prazo para o desenvolvimento e segurança;
- construção da capacidade das instituições africanas na área da alerta precoce, bem como a elevação da sua capacidade de prevenção, gestão e resolução de conflitos;
- institucionalização dos compromissos para com os valores fundamentais da "Nova Parceria para o Desenvolvimento da África", através da liderança.

73. As condições a longo prazo para assegurar a paz e segurança em África exigem a adopção de medidas de política para resolver as vulnerabilidades política e social sobre as quais assentam os conflitos. Estas são tratadas no quadro das Iniciativas da Governação Política e Económica, Iniciativas sobre Fluxo de Capitais e de Acesso aos Mercados e na Iniciativa sobre Desenvolvimento Humano.

74. Os esforços com vista a construir a capacidade da África gerir todos os aspectos ligados aos conflitos devem incidir sobre os meios necessários para fortalecer as instituições regionais e sub-regionais existentes, especialmente em quatro áreas principais, a saber:

- Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos;

- Instauração da Paz, Manutenção da Paz e Imposição da Paz;
- Reconciliação, Reabilitação e Reconstrução pós-Conflito;
- Combate a proliferação ilícita de armas pequenas, armas ligeiras e de minas anti-pessoal.

75. Dentro de seis meses, a liderança da *"Nova Parceria para o Desenvolvimento da África"* vai considerar o seu estabelecimento, determinação das medidas detalhadas e com os respectivos custos necessários em cada uma das quatro áreas acima apresentados. O exercício incluirá igualmente as acções que os parceiros deverão levar a cabo e a natureza e as formas de financiamento dessas actividades.

76. O previsto fórum dos Chefes de Estado servirá de plataforma a liderança da *"Nova Parceria para o Desenvolvimento da África"* na busca da elevação da capacidade das instituições africanas para promover a paz e a segurança no continente, partilhar experiências e mobilizar a acção colectiva. O Fórum assegurará a realização dos princípios e compromissos implícitos nesta iniciativa.

77. Ciente desta exigência, os Africanos devem exercer todos os esforços na busca de uma solução duradoura aos conflitos existentes, reforçar a sua segurança interna e promover a paz entre países.

78. Na Cimeira de Lusaka, a UA decidiu tomar medidas drásticas com vista a revitalizar os órgãos responsáveis pela prevenção e resolução de conflitos.

(ii) Iniciativa sobre Democracia e Governação Política

79. É geralmente reconhecido que o desenvolvimento não é possível na ausência de uma verdadeira democracia, respeito pelos direitos humanos, paz e boa governação. Com a *"Nossa Parceria para o Desenvolvimento da África"*, a África compromete-se a respeitar os padrões mundiais da democracia, cujos componentes fundamentais incluem o pluralismo político, existência de vários partidos políticos, sindicatos, e a organização periódica de eleições abertas e democráticas para permitir que o povo escolha livremente os seus líderes.

80. O objectivo da Iniciativa sobre a Democracia e Governação Política é o de contribuir para o reforço do quadro político e administrativo dos países participantes, em linha com os princípios da democracia, transparência, responsabilidade, integridade, respeito pelos direitos humanos e promoção do

Estado de Direito. Esta Iniciativa é reforçada e apoiada pela Iniciativa sobre Governança Económica, com a qual partilha características importantes. Tomadas em conjunto, estas iniciativas vão contribuir para o aproveitamento das energias do continente para o desenvolvimento e erradicação da pobreza.

81. A Iniciativa inclui os seguintes elementos:

- Uma série de compromissos assumidos pelos países participantes no sentido de criar ou consolidar os processos e práticas básicos de governação;
- Um compromisso pelos países participantes no sentido de assumirem a vanguarda no apoio da iniciativa que promova a boa governação;
- A institucionalização dos compromissos através da liderança da *"Nova Parceria para o Desenvolvimento da África"*, para assegurar o respeito dos valores fundamentais da Iniciativa.

82. Os Estados envolvidos na *"Nova Parceria para o Desenvolvimento da África"* vão igualmente assumir uma série de compromissos para realizar os padrões básicos da boa governação e de postura democrática, ao mesmo tempo que se apoiam mutuamente. Os estados participantes receberão apoio na realização das reformas institucionais que se julgarem necessários. Volvidos seis meses depois da sua institucionalização, a liderança da *"Nova Parceria para o Desenvolvimento da África"* deverá identificar recomendações sobre os instrumentos de diagnóstico e de avaliação apropriados para apoiar a observância dos objectivos comuns da boa governação, bem como identificar as lacunas institucionais e mobilizar recursos e talentos para colmatar estas lacunas.

83. A fim de reforçar a governação política e formar talentos para realizar estes compromissos, a liderança da *"Nova Parceria para o Desenvolvimento da África"* vai encetar um processo de iniciativas orientadas para a promoção de talentos. Estas reformas institucionais incidirão sobre:

- Serviços Administrativos e Cívicos;
- Fortalecimento do Controlo Parlamentar;
- Promoção da Participação na Tomada de Decisões;

- Adopção de Medidas Efectivas para Combater a Corrupção e Apropriação Indevida dos Bens Públicos;
- Realização de Reformas Judiciais.

84. Os países participantes da iniciativa assumirão a vanguarda no apoio e na criação de instituições e iniciativas destinadas a proteger estes compromissos. Eles dedicarão os seus esforços para a criação e fortalecimento de estruturas de apoio a boa governação aos níveis nacional, sub-regional e continental.

85. O Fórum dos Chefes de Estado sobre a *"Nova Parceria para o Desenvolvimento da África"* servirá de mecanismo através do qual a liderança da *"Nova Parceria para o Desenvolvimento da África"* procederá a uma monitoração e avaliação periódicas dos progressos realizados pelos países africanos no quadro dos compromissos por eles assumidos em prol da realização da boa governação e de reformas sociais. O Fórum servirá igualmente de plataforma para os países trocarem experiências com objectivo de promover a boa governação e práticas democráticas.

A2. A INICIATIVA SOBRE ECONOMIA E GOVERNAÇÃO CORPORATIVA

86. A construção de capacidades pelo Estado é um aspecto importante na criação de condições para o desenvolvimento. O Estado tem um papel muito importante a desempenhar no crescimento e desenvolvimento económicos e na implementação dos programas de redução de pobreza. Porém, a realidade é que muitos governos não têm a capacidade para desempenhar este papel. Consequentemente, muitos países não possuem os necessários quadros de política e de regulamentação para o crescimento induzido pelo sector privado. Eles não possuem igualmente a capacidade para implementar programas, mesmo quando os fundos são disponíveis.

87. É por esta razão que a construção de capacidades programadas deve receber elevada prioridade. Os programas em cada uma das áreas devem ser precedidos por uma avaliação das capacidades, seguida da provisão do apoio apropriado.

88. Objectivo

Promover em todos países participantes um quadro de programas concretos e calendarizados, com vista a melhorar a qualidade da gestão económica e financeira pública, bem como a governação corporativa.

89. Acções

- Uma equipa de trabalho dos Ministérios das Finanças e dos Bancos Centrais será responsável pela revisão das práticas na área da economia e da governação corporativa nos vários países e regiões e formulará recomendações sobre os padrões e códigos apropriados de boas práticas para a consideração pelo Comité de Implementação dos Chefes de Estado, dentro de seis meses
- O Comité de Implementação submeterá as suas recomendações aos Estados africanos para implementação.
- O Comité de implementação conferirá alta prioridade a gestão das finanças públicas. Os países elaborarão um programa para melhorar a gestão das finanças públicas e definirão igualmente as metas e os mecanismos de avaliação a serem estabelecidos.

- O Comité de Implementação dos Chefes de Estado mobilizará os recursos para a promoção de talentos para permitir que todos os países cumpram com os padrões mínimos e códigos de conduta mutuamente acordados.

Abordagens Sub-regional e Regional no Desenvolvimento

90. A maioria dos países africanos são pequenos, quer em termos de população e de rendimento per capita. Devido aos limitados mercados, eles não oferecem receitas atraentes a potenciais investidores, ao mesmo tempo que o progresso na diversificação da produção e das exportações é retardada. Isto limita o investimento em infra-estruturas básicas de que depende nas economias de escala para a sua viabilidade.

91. Estas condições económicas apontam para a necessidade dos países africanos conjugarem os seus recursos e promoverem o desenvolvimento regional e a integração económica do continente, a fim de melhorarem a sua capacidade de competir ao nível internacional. Os cinco agrupamentos sub-regionais do continente, devem, por conseguinte, ser fortalecidos.

92. *"A Nova Parceria para o Desenvolvimento da África"* focaliza sobre a provisão de bens públicos essenciais a nível da região (tais como transportes, energia, água, TIC, erradicação de doenças, conservação do ambiente e provisão da capacidade de investigação regional), bem como a promoção do comércio e de investimentos intra-africanos. O enfoque incidirá sobre racionalização do quadro institucional da integração regional, através da identificação de projectos comuns compatíveis com os programas de desenvolvimento nacional e regional e na harmonização das políticas e práticas económicas e de investimento. Deve existir uma coordenação das políticas sectoriais nacionais e uma monitoração efectiva das decisões tomadas ao nível da região.

93. *A Nova Parceria para o Desenvolvimento da África*, dará prioridade e promoção de talentos a fim de elevar a eficácia das estruturas regionais existentes e racionalização das organizações regionais existentes. O Banco Africano de Desenvolvimento deve jogar um papel de vanguarda no financiamento de estudos, programas e projectos regionais.

94. Os sectores cobertos pelo actual programa incluem as seguintes áreas prioritárias:

- Infra-estrutura, especialmente a tecnologia de informação e de informação (TIC) e a energia;
- Recursos Humanos, incluindo a educação, desenvolvimento de capacidades e combate a fuga de cérebros;
- Saúde;
- Agricultura; e
- Acesso aos mercados dos países desenvolvidos para as exportações africanas.

95. Para cada sector, porém, o objectivo é o de reduzir o fosso existentes entre África e os países desenvolvidos, a fim de melhorar a capacidade do continente de competir internacionalmente e permitir a sua participação no processo da globalização. As circunstâncias especiais dos Estados africanos insulares e encravados serão igualmente considerados neste contexto.

B. PRIORIDADES SECTORIAIS

B1. REDUZIR A LACUNA INFRASTRUTURAL

(i) Todos os Sectores das Infraestruturas

96. As infra-estruturas consideradas incluem estradas, rodoviárias, aeroportos, portos, caminhos de ferro, vias navegáveis e as facilidades das telecomunicações. Todavia, o Plano incide apenas sobre as infra-estruturas sub-regionais ou continentais.

97. A infra-estrutura é um dos principais parâmetros de mediação do crescimento económico e devem ser encontradas soluções que permitam que a África alcance o nível dos países desenvolvidos, em termos de acumulação de capital material e humano.

98. Se a África tivesse a mesma infra-estrutura básica como os países desenvolvidos, estariam numa posição mais favorável para focalizar sobre a produção e o incremento da produtividade para a competição internacional. O fosso estrutural na infra-estrutura constitui um grande constrangimento ao crescimento económico e a redução da pobreza. Uma infra-estrutura melhorada, incluindo os custos e serviços fiáveis, poderia beneficiar quer a África e a Comunidade internacional que seria capaz de obter produtos e serviços de África a preços mais baratos.

99. Em muitos países africanos, as potenciais coloniais construíram infra-estruturas para facilitar a exportação de matérias primas da África e a importação de produtos industriais para o continente.

100. Nós reconhecemos que se a infra-estrutura tiver que ser melhorada em África, é essencial o financiamento exterior privado, para complementar os dois principais métodos de financiamento, nomeadamente o crédito e a ajuda.

101. A Iniciativa sobre a infra-estrutura compreende elementos comuns a todos os sectores das infra-estruturas. Ela inclui igualmente elementos específicos ao sector.

102. **Objectivos**

- Melhorar o acesso, disponibilidade e fiabilidade dos serviços das infra-estruturas para responder as necessidades das empresas e domésticos;
- Promover a cooperação e o comércio regional através do desenvolvimento de infra-estruturas transfronteiriças;
- Incrementar o investimento financeiro na infra-estrutura, mediante a redução dos riscos enfrentados pelos investidores privados, especialmente na área dos quadros de política e de regulação;
- Reunir conhecimentos e capacidades adequados na área da tecnologia e da engenharia com vista a instalar, operar e manter redes "duros" de infra-estruturas em África.

103. **Acções**

- Com a assistência de agências especializadas do sector, adoptar quadros de políticas e de legislação para encorajar a competição. Introduzir, ao mesmo tempo, novos quadros reguladores e formar tarefas na área da regulação para promover a harmonização de políticas e de regulação a fim de facilitar a interacção transfronteiriça e a expansão do mercado;
- Incrementar o investimento na infra-estrutura, especialmente a renovação e o melhoramento do sistema das práticas de manutenção para conservar a infra-estrutura;
- Iniciar o desenvolvimento de instituições e redes de formação capazes de desenvolver e produzir técnicos e engenheiros altamente qualificados em todos os sectores das infra-estruturas;
- Promover o envolvimento da comunidade e do utente na construção, manutenção e gestão da infra-estrutura, especialmente em zonas urbanas pobres e nas zonas rurais, em colaboração com as iniciativas sobre a governação da "Nova Parceria para o Desenvolvimento da África";

- Trabalhar com o Banco Africano de desenvolvimento e outras instituições de financiamento do desenvolvimento do continente para mobilizar financiamento sustentável, especialmente através de processos, instituições multilaterais e doadores governamentais, a fim de assegurar doações e financiamento concessional para mitigar riscos a médio prazo;
- Promover parcerias públicas-privadas (PPPs) como veículo de promoção para atrair investidores privados e orientar o financiamento público para as necessidades do pobre, através da capacitação para implementar e monitorar esses acordos;
- Além destas questões comuns, são as seguintes as estratégias específicas no sector para os diferentes tipos de infra-estruturas.

(ii) Reduzir a Diferença Digital: Investir nas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)

104. As tecnologias de informação e comunicação (TICs), galvanizados pela convergência dos computadores, telecomunicações e dos "média" tradicionais são cruciais para a economia do futuro baseada em conhecimentos. Os rápidos avanços na tecnologia e a diminuição nos custos de aquisição de novos instrumentos das TICs abrem novas janelas de oportunidades nos países africanos para acelerarem o seu crescimento e desenvolvimento económicos. Os objectivos de realização de um mercado comum e de uma União Africana podem beneficiar imensamente da revolução na tecnologia da informação. Além disso, da promoção do comércio intra-regional, a utilização dos TICs pode igualmente acelerar a integração da África na economia mundial.

105. O uso intensivo dos TICs pode trazer vantagens comparativas sem precedentes ao continente, a saber:

- Pode facilitar a integração da África na nova sociedade da informação, utilizando a sua diversidade cultural, como vantagem;
- Os TICs podem constituir-se em instrumentos úteis numa vasta zona de aplicações, tais como a teledetecção, planificação agrícola e infra-estrutural;
- As complementaridades existentes podem ser melhor utilizadas para ministrar formação que permita a produção de uma massa crítica de profissionais no uso das TICs;

- No sector da investigação, nós podemos estabelecer programas africanos, bem como programas de intercâmbio tecnológicos, capazes de responder as necessidades específicas do continente, com particular respeito à luta contra o analfabetismo;
- As TICs podem ser utilizadas para identificar e explorar oportunidades nas áreas do comércio, investimento e finanças;
- Elas podem ser utilizados para estabelecer programas regionais de ensino a distância e de educação sanitária, para melhorar a situação nos sectores da saúde e da educação;
- Na gestão de conflitos e no combate às doenças pandémicas, as TICs podem ajudar na organização de um mecanismo eficaz de alerta precoce, através da provisão de instrumentos para a monitoração constante dos focos de tensão.

106. A fraca infra-estrutura da TIC em África, conjugada com os fracos quadros de política e de regulação e limitados recursos humanos, resultou no acesso inadequado aos serviços de telefone, radiodifusão, informática e de Internet, a preços acessíveis. A teledensidade africana permanece abaixo de uma linha por 100 pessoas; O custo dos serviços é igualmente elevado: o custo de uma ligação telefónica em África é de uma média de 20% do PIB per capita, em comparação com a média mundial de 9% e de 1% para os países de alto rendimento. A África não tem sido capaz de capitalizar sobre a TIC como um instrumento para elevar as condições de vida e criar novas oportunidades de negócios e as ligações transfronteiriças no continente e nos mercados mundiais têm sido dificultadas. Embora muitos países em África tenham iniciado reformas das suas políticas na área da TIC, a penetração, qualidade e as tarifas dos serviços ainda não conhecem melhorias.

107. **Objectivos**

- Duplicar a teledensidade para duas linhas por 100 pessoas até 2005, com um nível adequado de acesso aos lares;
- Baixar os custos e melhorar a fiabilidade dos serviços;
- Realizar a prontidão -e para todos os países em África;

- Desenvolver e produzir um reservatório de jovens e estudantes qualificados na área das TICs, a partir do qual a África pode formar engenheiros , programadores e especialistas em "software" nesta mesma área.
- Desenvolver um "software" com conteúdo local, baseado especialmente no legado cultural da África.

108. **Acções**

- Trabalhar com as agências regionais como a União Africana das Telecomunicações e a "Africa Connection" para formular uma política e legislação modelos para a reforma das telecomunicações e protocolo e quadro para avaliar a prontidão e;
- Trabalhar com as agências regionais para construir capacidades regulatórias;
- Estabelecer uma rede de instituições de formação e de investigação para formar mão-de-obra de alto calibre;
- Promover e acelerar os projectos existentes para estabelecer as ligações com as escolas e outros jovens;
- Trabalhar com as instituições de financiamento ao desenvolvimento em África, iniciativas multilaterais (G-8, DotForce, equipa de Trabalho das NU) e doadores bilaterais, para estabelecer mecanismos de financiamento a fim de mitigar e reduzir riscos sectoriais.

(iii) **Energia**

109. **Objectivos**

- A energia desempenha um papel importante no processo de desenvolvimento, primeiro como uma necessidade doméstica, mas também como um factor de produção cujo custo afecta directamente outros bens e serviços e a competitividade das empresas. Considerando a distribuição desigual deste recurso no continente africano, recomenda-se que a procura de energia em abundância e de baixo custo deve focalizar na racionalização da distribuição territorial das fontes de energia existentes, mas

desigualmente distribuídos. Ademais, África deve procurar desenvolver os seus abundantes recursos de energia solar;

- Incrementar o acesso dos africanos ao aprovisionamento fiável e rentável de energia comercial de 10 para 35% ou mais dentro de 20 anos;
- Melhorar a fiabilidade e custo mais baixo do fornecimento de energia para as actividades produtivas, a fim de permitir o crescimento económico de 6% por ano;
- Inverter a degradação ambiental que está associada ao uso de combustível tradicional nas zonas rurais;
- Explorar e desenvolver o potencial hidroeléctrico das bacias fluviais da África;
- Integrar as grelhas de transmissão e os gasodutos para facilitar os fluxos transfronteiriços de energia;
- Introduzir reformas e harmonizar os regulamentos e a legislação dos produtos petrolíferos no continente.

110. **Acções**

- Estabelecer um Fórum Africano para a Regulação das Utilidades e criar associações reguladores regionais;
- Estabelecer uma Equipa de Trabalho para recomendar prioridades e estratégias de implementação de projectos regionais, incluindo a geração de electricidade, grelhas de transmissão e de gaseodutos;
- Criar uma equipa para acelerar o desenvolvimento do fornecimento de energia aos lares de baixo rendimento;
- Alargar o âmbito do Programa de Conservação da Energia Biomassa da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) para o resto do continente.

(iv) Transportes

111. Objectivos

- Reduzir as demoras no movimento transfronteiriço de pessoas, bens e serviços;
- Reduzir o tempo de espera nos portos;
- Promover a actividade económica e o comércio transfronteiriço, através de melhoradas ligações nos transportes terrestres;
- Incrementar as ligações aéreas e o frete em todas as sub-regiões da África.

112. Acções

- Estabelecer equipas de trabalho nas alfândegas e imigração para harmonizar os procedimentos ligados a travessia de fronteiras e de vistos;
- Estabelecer e encorajar os PPPs, assim como conceder donativos para a construção, desenvolvimento e manutenção de portos, estradas, caminhos de ferro e o transporte fluvial (marítimo);
- Promover a harmonização dos padrões e legislação sobre o transporte modal e a utilização acrescida das facilidades do transporte modal;
- Trabalhar com as organizações regionais para desenvolver corredores de desenvolvimento dos transportes;
- Promover PPPs na racionalização da indústria dos transportes aéreas e construir capacidades na área do controle do tráfego aéreo.

(v) Água e Saneamento

113. Objectivos

- Assegurar o acesso sustentável ao fornecimento de água potável e ao saneamento, especialmente para os pobres;
- Planear e gerir as fontes de água para transformá-las em base para a cooperação e desenvolvimento nacional e regional;
- Examinar e suster sistematicamente a questão dos ecossistemas, biodiversidade e fauna bravia;
- Cooperar na questão das bacias fluviais partilhadas entre Estados Membros;
- Examinar efectivamente a ameaça das mudanças climáticas;
- Assegurar acrescida irrigação e a agricultura dependente das chuvas, para melhorar a produção agrícola e a segurança alimentar.

114. **Acções**

- Acelerar o trabalho sobre os projectos dos recursos hídricos para fins diversos, como por exemplo a investigação levada a cabo pelo Secretariado da SADC para as Águas sobre a utilização do Rio Congo e a Iniciativa da Bacia do Rio Nilo;
- Estabelecer uma equipa de trabalho para formular planos de mitigação do impacto negativo das mudanças climáticas em África;
- Colaborar com a Iniciativa Global para o Saneamento do Ambiente (GESI) na promoção de métodos e projectos de tratamento de lixos sanitários;
- Apoiar o Programa do HABITAT das NU sobre a Conservação da água nas cidades africanas.

B2. INICIATIVA SOBRE O DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, INCLUINDO O COMBATE A FUGA DE CÉREBROS

(i) Redução da Pobreza

115. Objectivos

- Providenciar uma liderança focalizada, através da priorização na redução da pobreza em todos os programas e prioridades da "*Nova Parceria para o Desenvolvimento da África*", bem como nas políticas macro-económicas e sectoriais, ao nível nacional;
- Prestar atenção especial a redução da pobreza entre as mulheres;
- Assegurar a capacitação do pobre nas estratégias de redução da pobreza;
- Apoiar as estratégias de redução da pobreza existentes ao nível multilateral, tais como o Quadro de Desenvolvimento Global do Banco Mundial e a abordagem da Estratégia de Redução da Pobreza associada a iniciativa da palição da dívida para os Países Pobres Altamente Endividados (HIPCs).

116. Acções

- Assegurar que os planos elaborados no quadro das iniciativas deste programa de acção avaliem o seu impacto de redução da pobreza, antes e depois da sua implementação;
- Trabalhar com o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Africano de Desenvolvimento e com as agências das Nações Unidas (NU) para acelerar a implementação e adopção do Quadro de Desenvolvimento Global, estratégico de Redução da Pobreza e outras abordagens associadas;
- Estabelecer uma equipa de trabalho sobre o género para assegurar que as questões específicas enfrentadas pelas mulheres pobres sejam incluídas nas estratégias de redução da pobreza da "*Nova Parceria par ao Desenvolvimento da África*";

- Estabelecer uma equipa de trabalho para acelerar a adopção do processo participatório e descentralizado para a provisão de infra-estruturas e serviços sociais.

(ii) Reduzir o Fosso na Educação

117. Objectivos

- Trabalhar com os doadores e instituições a realização dos objectivos de Desenvolvimento Mundial (IDG) na área da educação primária universal até 2015;
- Trabalhar com vista a melhorar o desenvolvimento curricular, e introduzir melhorias na qualidade e acesso a TIC;
- Alargar o acesso a educação secundária e melhorar a sua relevância para o desenvolvimento da África;
- Promover redes de investigação especializada e de instituições de ensino superior.

118. Acções

- Rever as actuais iniciativas conjuntamente com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultural (UNESCO) e outros principais doadores internacionais;
- Rever os níveis de despesas dos países africanos na educação e liderar o processo do desenvolvimento de normas e padrões que regem as despesas na educação;
- Criar um grupo de trabalho encarregue de acelerar a introdução da TIC nas escolas do ensino primário;
- Criar um grupo de trabalho encarregue de rever e formular propostas para a capacidade de investigação necessária em cada região do Continente.

119. Os grandes problemas com a educação em África residem nas pobres infraestruturas e nos inadequados sistemas sob os quais a maioria dos africanos são formados. Africanos que tiveram a oportunidade de serem

formados noutras partes do mundo demonstraram a sua capacidade de competir com êxito.

120. O plano apoia o reforço imediato do sistema universitário na África inteira, incluindo a criação de universidades especializadas onde necessário, com base no corpo docente africano existente. Coloca-se particular ênfase na necessidade do estabelecimento e do reforço de institutos de tecnologia.

(iii) Inverter a Fuga de Cérebros

121. Objectivos

- Inverter a fuga de cérebros e transformá-la em “ganho de cérebros” para a África;
- Edificar e reter dentro do Continente, capacidades humanas críticas para o desenvolvimento da África;
- Desenvolver estratégias para a utilização do conhecimento e das capacidades científicas e tecnológicas de africanos na diáspora, para o desenvolvimento do Continente.

122. Acções

- Criar as necessárias condições políticas, sociais e económicas em África que poderão servir de incentivos para conter a fuga de cérebros e atrair o tão necessário investimento;
- Estabelecer um banco de dados fiável sobre a fuga de cérebros tanto para determinar a magnitude do problema, como para promover o estabelecimento de rede e colaboração entre peritos nos países de origem e os africanos na diáspora;
- Desenvolver redes científicas e técnicas para canalizar o repatriamento de conhecimento científico ao País natal, e estabelecer cooperação entre aqueles que se encontram fora e os que estão dentro do País;
- Garantir que os conhecimentos especializados dos africanos que vivem nos países desenvolvidos sejam utilizados na execução de alguns dos projectos previstos ao abrigo da *Nova Parceria para o Desenvolvimento da África*.

(iv) Saúde

123. **Objectivos**

- Reforçar os programas tendentes a conter as doenças transmissíveis para que não estejam aquém da escala necessária para reduzir o fardo da doença;
- Ter um sistema de saúde seguro que responda às necessidades e que apoie efectivamente o controlo de doenças;
- Assegurar o apoio necessário para o desenvolvimento sustentável de um efectivo sistema de prestação de cuidados de saúde;
- Capacitar as populações africanas no sentido de agirem para melhorar o seu próprio estado de saúde e alcançar uma alfabetização sanitária;
- Reduzir satisfatoriamente o fardo das doenças sobre as mais pobres populações africanas;
- Encorajar cooperação entre doutores médicos e praticantes tradicionais.

124. **Acções**

- Reforçar a participação da África no processo que visa a aquisição de medicamentos acessíveis, incluindo os que envolvem companhias farmacêuticas internacionais e a sociedade civil internacional e explorar a utilização de sistemas alternativos de prestação de serviços para medicamentos e aprovisionamentos essenciais;
- Mobilizar recursos necessários para edificar sistemas efectivos de intervenções de doenças e de saúde;
- Liderar a campanha para maior apoio financeiro internacional para combater o VIH/SIDA e outras doenças transmissíveis;

- Juntar esforços com outras agências internacionais como a OMS e doadores para garantir que o apoio ao Continente aumente em pelo menos 10 biliões de \$EU por ano;
- Encorajar países africanos a darem maior prioridade à saúde nos seus orçamentos e a fasearem tais aumentos de despesas a um nível a ser mutuamente acordado;
- Mobilizar conjuntamente recursos para o reforço de capacidades para que todos os países africanos possam melhorar as suas infraestruturas e gestão da saúde.

125. Em África registam-se muitos casos de doenças endémicas. Bactérias e parasitas transportadas por insectos, a circulação de pessoas e outros meios, facilitados por outras fracas políticas e condições de vida. Um dos grandes impedimentos com que os esforços de desenvolvimento da África se confronta é a ampla incidência das doenças transmissíveis, nomeadamente o VIH/SIDA, a Tuberculose e a malária. A menos que essas epidemias sejam controladas, os ganhos reais no desenvolvimento humano permanecerão um sonho impossível de realizar.

126. No sector da saúde, em termos comparativos a África está muito atrás em relação ao resto do mundo. Em 1997, os níveis de mortalidade infantil e juvenil apresentavam-se em 105 e 109 por 1000, contra 6 e 7, respectivamente nos países desenvolvidos. A esperança de vida é de 48,9 anos, contra 77,7 anos nos países desenvolvidos. Existem apenas 16 médicos por cada 100 000 habitantes, contra 253 nos países industrializados. A pobreza, reflectida nas mais baixas receitas per capita, constitui um dos mais importantes factores que limitam a capacidade das populações para fazerem face aos seus problemas de saúde.

127. A nutrição é um importante ingrediente da boa saúde. A média diária do consumo de calorias varia entre 2384 em países de baixo rendimento, 2846 em países de médio rendimento e 3390 nos países da Organização para Cooperação Económica e Desenvolvimento (OECD).

128. A saúde, definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como um estado de completo bem-estar físico e mental, contribui para o aumento da produtividade e, conseqüentemente, do crescimento económico. Os efeitos

mais óbvios do melhoramento da saúde nas populações trabalhadoras são a redução da perda de dias de trabalho devido a doenças, o aumento da

produtividade e a oportunidade de obter empregos melhor pagos. Eventualmente, o melhoramento da saúde e nutrição contribui directamente a um melhor bem-estar na medida em que se faz um controlo do alastramento de doenças, se reduz a taxa da mortalidade infantil e se eleva a esperança de vida. A ligação com a redução da pobreza é claramente estabelecida.

B3. AGRICULTURA

129. A maioria das populações africanas vive em zonas rurais. Todavia, os sistemas agrários são geralmente fracos e improdutivos. Conjugados com revezes externos, tais como incertezas climatéricas, tendências nas políticas económicas e instabilidade nos preços de produtos de base mundiais, esses sistemas minaram os fornecimentos e receitas agrícolas nas zonas rurais, levando à pobreza.

130. A necessidade urgente de se alcançar segurança alimentar nos países africanos requer a abordagem do problema dos inadequados sistemas agrícolas, para que a produção alimentar possa aumentar e que os padrões nutricionais possam elevar-se.

131. O melhoramento no desempenho agrícola é um pré-requisito para o desenvolvimento económico do Continente. O conseqüente incremento no poder de compra das populações rurais levará também a maior procura efectiva de produtos industriais africanos. A dinâmica induzida constituiria uma importante fonte de crescimento económico.

132. O aumento da produtividade agrícola reside na remoção de uma série de estrangimentos estruturais que afectam o sector. Um estrangimento chave é a incerteza climatérica, que aumenta o factor de risco com que a agricultura intensiva baseada no fluxo significativo de investimento privado se confronta. Conseqüentemente, os governos devem apoiar a provisão de equipamento de irrigação e desenvolver terras aráveis quando agentes privados não estiverem dispostos a fazê-lo. O melhoramento de outras infraestruturas rurais (estradas, electrificação rural, etc.) é também essencial.

133. O ambiente institucional para a agricultura afecta também sobremaneira a produtividade e o desempenho do sector. O apoio institucional sob a forma de centros e instituições de investigação, a provisão de serviços de extensão e de apoio e feiras comerciais agrícolas impulsionarão ainda mais a produção de excedentes comercializáveis. Deve também tomar-se em consideração o quadro regulatório para a agricultura, incluindo o encorajamento dos líderes

comunitários locais nas zonas rurais e o envolvimento dessas comunidades na formulação de políticas e na provisão de serviços.

134. Doadores bilaterais e instituições multilaterais prestaram muito pouca atenção ao sector agrícola e ao desenvolvimento rural, onde mais de 70% das populações pobres africanas residem. Por exemplo, na pasta dos empréstimos do Banco Mundial, os créditos à agricultura totalizavam 39% em 1978, mas diminuíram para 12% em 1996 e ainda mais, para 7% em 2000. A comunidade doadora inteira deve inverter essas tendências negativas.

B4. A INICIATIVA AMBIENTAL

135. Foi reconhecido que um ambiente saudável e produtivo é um pré-requisito para a *Nova Parceria para o Desenvolvimento da África*. Reconhece-se ainda que a gama de questões necessárias para nutrir essa base ambiental é vasta e complexa, e que é necessária uma combinação sistemática de iniciativas para desenvolver um coerente programa ambiental. Isso exigirá que sejam feitas escolhas e que sejam priorizadas questões particulares para invenção particular.

136. É também reconhecido que um objectivo fundamental da Iniciativa Ambiental deve ser a luta contra a pobreza e contribuição ao desenvolvimento sócio-económico em África. Foi demonstrado noutras partes do mundo que medidas tomadas para a realização de uma saudável base ambiental, podem contribuir grandemente para o emprego a capacitação social e económica, e a redução da pobreza.

137. Aqui, importa fazer notar que a África irá acolher a Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, em Setembro de 2002, e que a gestão ambiental constitui a base da Cimeira. Neste sentido, propomos que o evento coloque ênfase particular nas deliberações sobre este tema, na *Nova Parceria para o Desenvolvimento da África*.

138. A Iniciativa Ambiental identificou oito submetas para intervenções prioritárias:

- **Combate à Desertificação.** As intervenções iniciais pretendem reabilitar terras degradadas e abordar os factores que levaram a tal degradação. Muitos desses passos deverão ser intensivo-laborais, ao longo das linhas de "programas de obras públicas", contribuindo assim às necessidades de desenvolvimento social do Continente. As

intervenções iniciais servirão de melhores práticas, ou protótipos para intervenções futuras nesta área;

- **Conservação de Terras Húmidas.** Isto envolve a implementação das melhores práticas africanas na conservação de terras húmidas, onde os benefícios sociais e ecológicos derivam de investimentos do sector privado neste domínio;
- **Espécies Estranhas Invasoras.** São procuradas parcerias para prevenir e controlar espécies estranhas invasoras. Essas parcerias são críticas tanto para a preservação dos ecossistemas, como para o bem-estar económico. Grandes iniciativas intensivo-laborais são possíveis.
- **Gestão Costeira.** Ao proteger e utilizar recursos costeiros no seu máximo, são sugeridas as melhores práticas a partir das quais um programa mais abrangente pode ser elaborado;
- **Aquecimento Global.** O enfoque inicial será sobre a monitoração e a regulação do impacto da mudança climática. O trabalho intensivo-laboral é essencial e crítico aos projectos integrados de gestão de queimadas;
- **Zonas de Conservação Trans-fronteiriças.** Este sub-tema procura consolidar as iniciativas emergentes, procurando parcerias em todos os países para estimular a conservação e o turismo e, deste modo, criar empregos;
- **Administração Ambiental.** Isto refere-se à garantia dos requisitos institucionais, legais, de planificação, formação e capacitação subjacentes a todo o acima aludido;
- **Financiamento.** É necessário um **sistema** de financiamento cuidadosamente estruturado e justo.

139. A Iniciativa Ambiental acarreta uma vantagem singular na medida em que muitos dos projectos podem iniciar dentro de um prazo relativamente curto, e que oferecem oportunidades excepcionalmente boas para o investimento, em termos de criação da base social e ecológica na qual a *Nova Parceria para o Desenvolvimento da África* se pode lançar.

B5. CULTURA

140. A cultura é parte integrante dos esforços de desenvolvimento do Continente. Consequentemente, é essencial proteger e aproveitar de forma eficaz o conhecimento indígena que representa uma importante dimensão da cultura do Continente, e partilhar esse conhecimento para o benefício da humanidade. A *Nova Parceria para o Desenvolvimento da África* vai prestar atenção particular à protecção e nutrição de conhecimento indígena, que inclui alfabetização baseada na tradição, obras artísticas e científicas, invenções, descobertas científicas, desenhos, marcas, nomes e símbolos, informações não reveladas e todas outras inovações e criações baseadas na tradição resultantes da actividade intelectual nas esferas industrial, científica, artística e de alfabetização. O mandato inclui também recursos genéticos e conhecimento afim.

141. A liderança da *Nova Parceria para o Desenvolvimento da África* irá adoptar medidas urgentes para garantir que o conhecimento indígena africano seja protegido através de legislações apropriadas. Promoverá também a sua protecção a nível internacional, trabalhando estreitamente com a Organização Internacional da Propriedade Intelectua (OMPI).

B6. PLATAFORMAS DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

142. Objectivos

- Promover cooperação e conectividade trans-fronteiriças utilizando os conhecimentos actualmente disponíveis nos existentes centros de excelência no Continente;
- Desenvolver e adaptar a capacidade de recolha e análise de informações para apoiar actividades produtivas e de exportação;
- Gerar uma massa crítica de perícia tecnológica em áreas visadas que oferecem um alto potencial de crescimento, particularmente na biotecnologia e nas ciências naturais;
- Assimilar e adaptar as tecnologias existentes no sentido de diversificar a produção de manufacturas.

143. **Acções**

- Estabelecer cooperação regional na matéria do desenvolvimento e disseminação de padrões de produtos, e de sistemas de informação geográfica (SIG-GIS);
- Desenvolver redes entre os existentes centros de excelência, particularmente através da Internet, para intercâmbios de pessoal e programas de formação transfronteiriços, e desenvolver esquemas para apoiar cientistas e investigadores africanos deslocados;
- Trabalhar com a UNESCO, a FAO e outras organizações internacionais na exploração da biotecnologia a fim de desenvolver a rica biotecnologia e a base do conhecimento indígena da África, melhorando a produtividade agrícola e desenvolvendo os produtos farmacêuticos;
- Expandir a investigação geocientífica a fim de estimular o aproveitamento da riqueza mineral do continente africano;
- Estabelecer e desenvolver a engenharia de produtos e o controlo de qualidade baseados no conhecimento, para apoiar a diversificação de manufacturas.

C. MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS

C1. A INICIATIVA DO FLUXO DO CAPITAL

144. Para atingir a estimada taxa de crescimento anual de 7 por cento, necessária para fazer face aos IDGs – particularmente a meta da redução da pobreza em metade da proporção dos africanos que vivem na pobreza, até ao ano 2015 – a África deve preencher um fosso de recursos anual de 12 por cento do seu PIB, ou seja, 64 bilhões de \$EU. Isso implicará maiores poupanças internas, bem como melhoramentos nos sistemas de recolha de receitas públicas. Todavia, o grande volume dos recursos necessários deverá ser obtido de fora do Continente. A *Nova Parceria para o Desenvolvimento da África* incide sobre a redução da dívida e a ajuda pública ao desenvolvimento (APD), a título de recursos externos complementares necessários a curto e médio prazos, e aborda os fluxos e capital privado como uma preocupação a longo prazo. Um princípio fundamental na Iniciativa dos Fluxos do Capital é de que o melhoramento da governação constitui um pré-requisito indispensável para o aumento dos fluxos de capital, de modo que a participação nas Iniciativas Económicas e de Governação Política se apresenta como um pré-requisito para participação na Iniciativa dos Fluxos do Capital.

(i) Incremento da Mobilização de Recursos Internos

145. Para atingir níveis mais elevados de crescimento e uma redução mais efectiva da pobreza, a África deve mobilizar recursos adicionais, tanto internos, como externos. Recursos internos incluem poupanças nacionais feitas por empresas e famílias, e que devem ser substancialmente aumentadas. Além disso, é preciso que haja uma efectiva recolha de impostos para aumentar os recursos públicos, bem como a racionalização dos gastos governamentais. Uma significativa proporção das suas poupanças internas é perdida como resultado da fuga do capital. Esta tendência apenas pode ser invertida se as economias africanas se transformarem em locais de lugares atraentes para os residentes conservarem as suas riquezas. Assim sendo, há também a necessidade urgente de se criarem condições apropriadas para o investimento no sector privado por parte de investidores nacionais e estrangeiros. Além disso, existem outros recursos que podem ser mobilizados dentro da África, ao mesmo tempo que os países desenvolvidos podem ser solicitados a contribuir a partir dos seus tesouros, para financiar o Plano. Ao fazer isso, eles não acometeriam directamente o seu capital líquido. Por último, sugerimos o estabelecimento de Direitos Especiais de Levantamento para a África.

(ii) Paliação da Dívida

146. *A Nova Parceria para o Desenvolvimento da África* procura assegurar a extensão da palição da dívida para além dos seus actuais níveis (baseados na “sustentabilidade” da dívida) que ainda requerem o serviço da dívida que resulta numa significativa porção de fosso de recursos. O objectivo a longo prazo da *Nova Parceria para o Desenvolvimento da África* é o de ligar a palição da dívida aos resultados estimados da redução da pobreza. Entretanto, os tectos do serviço da dívida devem ser fixados como uma proporção das receitas fiscais, com tectos diferentes para os países da assistência internacional ao desenvolvimento (AID) e não da AID. Para assegurar o acometimento pleno de recursos concessionais – palição da dívida mais APD - que a África requer, a liderança da *Nova Parceria para o Desenvolvimento da África* irá negociar esses engajamentos com os governos credores. Os países engajar-se-iam com os existentes mecanismos de palição da dívida – o HIPIC e o Clube de Paris – antes de procurarem recursos através da *Nova Parceria para o Desenvolvimento da África*. A Iniciativa da Dívida exigirá estratégias acordadas da redução da pobreza, estratégias para a dívida e participação na Iniciativa da Gestão da Dívida para que os países possam ser capazes de absorver os recursos extras. Além de procurar mais palição da dívida através da estratégia interina para a dívida, acima definida, a liderança da *Nova Parceria para o Desenvolvimento da África* irá estabelecer um fórum através do qual os países africanos partilharão experiências e se mobilizarão para o melhoramento das estratégias de palição da dívida.

147. **Acções**

- Os Chefes de Estado da *Nova Parceria para o Desenvolvimento da África* irão assegurar um acordo, negociado com a comunidade internacional, para proporcionar maior palição da dívida aos países que participam na *Nova Parceria para o Desenvolvimento da África*, com base nos princípios acima delineados;
- A liderança da *Nova Parceria para o Desenvolvimento da África* irá estabelecer um fórum através do qual os países africanos partilharão experiências e se mobilizarão para o melhoramento das estratégias de palição da dívida. Trocarão ideias capazes de pôr termo ao processo de reforma e de qualificação no processo HIPC.

(iii) Reformas na APD

148. A *Nova Parceria para o Desenvolvimento da África* pretende assegurar um maior fluxo de APD a médio prazo, bem como a reforma do sistema de prestação da APD, por forma a que os fluxos sejam melhor utilizados pelos países africanos recipientes. A *Nova Parceria para o Desenvolvimento da África* irá estabelecer um fórum de países africanos com a finalidade de desenvolver uma posição comum sobre a reforma da APD, e engajar-se com o Comité para Assistência ao Desenvolvimento da OECD e outros doadores, na formulação de uma carta de compromisso à parceria para o desenvolvimento. A carta deverá identificar a Iniciativa de Gestão Económica como constituindo um pré-requisito para reforçar a capacidade dos países na utilização de maiores fluxos da APD, ao mesmo tempo que irá propôr um mecanismo complementar independente de avaliação para monitorar o desempenho das doações. A *Nova Parceria para o Desenvolvimento da África* apoiará um Grupo de Aprendizagem do PRSP que deverá engajar-se no processo, juntamente com o Banco Mundial e o FMI.

149. Acções

- Constituir um fórum da APD encarregue de formular uma posição comum africana sobre a reforma da APD, como contra-parte à estrutura do CAD/OECD;
- Acometer, através do fórum da APD, junto das agências doadoras, no sentido de estabelecer uma carta para a parceria de desenvolvimento capaz de incorporar os princípios acima delineados;
- Apoiar os esforços da Comissão Económica para a África (CEA) no sentido de estabelecer um Grupo de Aprendizagem do PRSP;
- Estabelecer um mecanismo independente para avaliar o desempenho dos países doadores e recipientes.

(iv) Fluxos de Capital Privado

150. A *Nova Parceria para o Desenvolvimento da África* pretende incrementar o fluxo do capital privado para África, como uma componente essencial de uma abordagem a longo prazo que deverá preencher o fosso de recursos. A terceira prioridade consiste na promoção do aprofundamento de mercado financeiro no interior dos países, bem como a harmonização e integração trans-fronteiriças, por vias de um Grupo de Trabalho de Integração Mercantil-

Financeira. Inicialmente, este irá centrar-se no ambiente legislativo e regulatório do sistema financeiro.

152. **Acções**

- Estabelecer uma equipa de trabalho encarregue de levar a cabo auditorias de legislações e regulações relacionadas ao investimento, com vista a reduzir a harmonizar riscos no interior da África;
- Realizar uma avaliação de necessidades de, e um estudo de viabilidade sobre, instrumentos financeiros para mitigar riscos associados à prática de negócio em África;
- Estabelecer uma iniciativa para reforçar a capacidade de países na implementação de PPPs;
- Criar um Grupo de Trabalho de Integração do Mercado Financeiro capaz de acelerar a integração do mercado financeiro através do estabelecimento de um quadro padrão internacional legislativo regulatório e a criação de uma plataforma comercial única africana.
- Iguamente importante, todavia, particularmente a curto e médio prazos, é a necessidade de APD adicional a redução da dívida. A APD adicional é necessária para permitir os países menos avançados realizarem IDGs, nomeadamente nas áreas do ensino primário, saúde e erradicação da pobreza. Mais redução da dívida é também crucial. A iniciativa reforçada da Palição da Dívida da HIPC continua a deixar vários países dentro do seu âmbito, com muitos altos fardos de dívida; daí a necessidade de dirigir mais recursos à redução da pobreza. Ademais, alguns países não incluídos na iniciativa HIPC também precisam de palição da dívida para libertarem recursos para a redução da pobreza.

C2. INICIATIVA DO ACESSO A MERCADOS

(i) Diversificação de Produção

153. As economias africanas são vulneráveis por causa da sua dependência a sectores de produção primária e baseados nos recursos, e também nas suas limitadas bases de exportação. Há a necessidade urgente de se diversificar a

produção e o ponto de partida lógico é o de explorar a base dos recursos naturais africanos. O valor acrescentado no processamento agrícola e a beneficiação mineral devem ser incrementados e um sector de bens capitais ampliado desenvolvido através de uma estratégia de diversificação económica baseado em ligações inter-sectoriais. O empresariado privado deve ser apoiado, tanto as micro-empresas no sector informal como as empresas de pequeno e médio portes no sector da manufactura, que são os principais instrumentos de crescimento e desenvolvimento. Os governos devem remover constrangimentos na actividade de negócios e encorajar os talentos criativos do empresariado africano.

(ii) Agricultura

154. Objectivos

- Melhorar a produtividade da agrícola, com particular atenção a agricultores de pequena escala e mulheres;
- Garantir segurança alimentar para todos e incrementar o acesso dos pobres à alimentação e nutrição adequadas;
- Promover medidas contra a degradação de recursos naturais e encorajar métodos de produção ambientalmente sustentáveis;
- Integrar os pobres rurais na economia do mercado e proporcionar-lhes melhor acesso aos mercados de exportação;
- Desenvolver a África para um exportador líquido de produtos agrícolas;
- Transformar-se num actor estratégico da ciência e tecnologia agrícolas.

155. Acções

Ao nível Africano

- Incrementar a segurança do abastecimento da água para a agricultura, através do estabelecimento de facilidades de irrigação de pequena escala, melhorando a gestão local de águas, e aumentando o intercâmbio de informações e de conhecimento técnico com a comunidade internacional;

- Melhorar a segurança da posse de terras ao abrigo de formas de aquisição tradicionais e modernas e promover a necessária reforma de terras;
- Forjar segurança alimentar regional, sub-regional, nacional e do lar através do desenvolvimento e da gestão de maior produção, transporte, armazenagem e comercialização de produtos alimentares, pecuários e pesqueiros. Deve também prestar-se atenção particular às necessidades dos pobres, bem como ao estabelecimento de sistemas de alerta prévio, para monitorar secas e a produção de alimentos;
- Estimular regimes de crédito e financiamento agrícolas, e melhorar o acesso a crédito dos agricultores de pequena escala e mulheres;
- Reduzir o pesado fardo de preferência urbana dos gastos públicos em África, transferindo recursos das actividades urbanas à rurais.

Ao nível Internacional

- Desenvolver novos regimes de parceria para inverter a fadiga de doações a projectos agrícolas individuais e de alto perfil;
- Países desenvolvidos devem ajudar a África na realização e na concepção das suas capacidades de investigação no domínio da agricultura;
- Promover acesso a mercados internacionais melhorando a qualidade, a produção e os produtos africanos, particularmente os processados, para responder aos padrões exigidos por aqueles mercados;
- Apoiar a ligação da rede africana com parceiros externos nas esferas da tecnologia e de conhecimentos agrícolas, seus serviços de extensão e de infraestruturas rurais;
- Apoiar investimento nos domínios de produções de alto nível e de métodos duráveis de preservação e armazenagem;

- Proporcionar apoio ao reforço de capacidades nacionais e regionais a negociações comerciais multilaterais, incluindo a sanitação alimentar e outros regulamentos agrícolas comerciais.

(iii) Mineração

156 . **Objectivos**

- Melhorar a qualidade de informação sobre recursos minerais;
- Criar um quadro regulatório conducente ao desenvolvimento do sector mineiro;
- Estabelecer as melhores práticas capazes de garantir a exploração eficaz de recursos naturais e minerais de alta qualidade.

157. **Acções**

Ao Nível Africano

- Harmonizar políticas e regulamentos a fim de garantir observação dos níveis mínimos de práticas operacionais;
- Harmonizar compromissos feitos para reduzir o preceito de risco de investimento em África;
- Harmonizar as fontes de informação sobre oportunidades de negócio para investimentos;
- Forjar colaboração com vista à partilhar o conhecimento e valor acrescentados aos recursos naturais.
- Aplicar princípios de acréscimo de valor (beneficiação) para investimentos no sector mineiro africano;
- Estabelecer uma Escola Africana do Sistema Mineiro para o desenvolvimento e a produção de educação, capacidades e formação a todos os níveis. Isso pode ser alcançado através de colaboração entre escolas existentes.

(iv) Manufactura

158. Objectivos

- Aumentar a produção e melhorar a competitividade e a diversificação do sector privado nacional, particularmente nos sub-sectores agro-industrial, mineiro e de manufacturas, com potencial para exportação e criação de emprego;
- Estabelecer organizações sobre normas nacionais nos países africanos;
- Harmonizar os quadros regulatórios técnicos dos países africanos.

159. Acções

Ao nível africano:

- Desenvolver novas indústrias ou melhorar as existentes, onde os países africanos possuem vantagens comparativas, incluindo as indústrias baseadas na agricultura, na energia e nos recursos naturais;
- Conseguir associação nas pertinentes organizações internacionais da normalização. Uma associação sólida daria à África uma voz mais firme nesses organismos, e permitiria que as indústrias africanas participassem de forma mais significativa no desenvolvimento de normas internacionais, além de resultar também na transferência dos direitos de autoria das normas internacionais a associações nacionais;
- Estabelecer instituições nacionais de medição para garantir harmonização com o sistema internacional de metrologia. Essas actividades serão sempre da responsabilidade de governos;
- Assegurar a criação de laboratórios de análise e organizações de certificação que deverão apoiar os relevantes regulamentos técnicos nacionais. Onde não existam, tais organizações devem ser criadas o mais brevemente possível;

- Estabelecer uma infra-estrutura de acreditação, tal como o sistema da Organização Internacional da Normalização (OIN-ISO) que tenha aceitação internacional. Uma tal infra-estrutura de acreditação pode ser baseada nacionalmente, se a indústria for suficientemente forte para mantê-la, pois que de contrário devem ser contempladas estruturas regionais. Deve ser disponibilizado financiamento adequado para garantir associação a estruturas internacionais tais como o Fórum Internacional de Acreditação (FIA-IAF) e a Comissão Electrotécnica Internacional (CEI-IEC);
- Prosseguir reconhecimento mútuo de resultados de análises e de certificação com os grandes parceiros comerciais da África. Em termos gerais, isso apenas será possível se o quadro para padrões, regulamentos técnicos, tractabilidade e acreditação tiver já sido instituído e provar responder aos requisitos internacionais.

Ao nível internacional:

- Facilitar parcerias através do desenvolvimento de mecanismos como conselhos conjuntos de negócios, para um intercâmbio de informações entre empresas africanas e não africanas, e também para trabalhar no sentido do estabelecimento de empreendimentos conjuntos e de arranjos de sub-contratação;
- Apoiar no reforço das instituições africanas de formação para o desenvolvimento industrial, nomeadamente através da promoção do estabelecimento de redes com parceiros internacionais;
- Promover a transferência de tecnologias novas e apropriadas para os países africanos;
- Desenvolver e aceitar um quadro das melhores práticas para os regulamentos técnicos que satisfaçam tanto os requisitos do Acordo da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre Barreiras Técnicas ao Comércio (BPC), como as necessidades da África;
- Estabelecer gabinetes das normas que deverão fornecer às indústrias e aos governos, as necessárias informações sobre as normas internacionais, regionais e nacionais, facilitando assim o acesso a mercados. Esses centros devem estar ligados aos relevantes centros internacionais, regionais e nacionais das normas, para que estes últimos possam servir de pontos nacionais de inquérito da OMC/BPC;

- Garantir o desenvolvimento de normas regionais e nacionais apropriadas através do estabelecimento de comités técnicos apropriados que representem os interessados dos países, e gerir esses comités em conformidade com as directrizes da OIN/CEI e os requisitos da OMC/BPC.

(iv) Turismo

160. Objectivos

- Identificar projectos-chave "âncora" aos níveis nacional e sub-regional, capazes de gerar importantes receitas e ajudar na promoção da integração económica;
- Desenvolver uma estratégia regional de comercialização;
- Desenvolver capacidade de investigação no turismo;
- Promover parcerias semelhantes às formadas por vias de organismos sub-regionais. Entre os exemplos, figuram a Organização Regional do Turismo da África Austral (RETOSA), a Comunidade Económica da África Ocidental (CEDEAO) e a SADC.

161. Acções

Ao nível Africano:

- Forjar parcerias cooperativas para capturar os benefícios do conhecimento comum, bem como proporcionar uma base para outros países enveredarem por actividades relacionadas ao turismo;
- Proporcionar às populações africanas a capacidade que lhes permitirá um envolvimento activo em projectos turísticos ao nível das suas comunidades;
- Priorizar questões da segurança e previdência do consumidor;
- Comercializar produtos turísticos africanos, particularmente a aventura turística, o eco-turismo e o turismo cultural;

- Incrementar a coordenação regional de actividades turísticas em África, a fim de expandir e aumentar a diversidade de produtos;
- Maximizar os benefícios decorrentes da grande procura inter-regional de actividades turísticas, montando campanhas especializadas de comercialização visada ao consumidor.

(vi) Serviços

162. Os serviços podem constituir importantíssimas actividades para os países africanos, particularmente os que estão bem equipados no campo das TICs (teleserviços).

(vii) Promoção do Sector Privado

163. Objectivos

- Assegurar um clima óptimo e favorável para as actividades do sector privado, com ênfase particular sobre o empresariado nacional;
- Promover o investimento estrangeiro directo e comércio, com ênfase particular nas exportações;
- Desenvolver empresas micro, de pequeno e de médio portes, incluindo o sector informal.

164. Acções

Ao nível africano:

- Empreender medidas para reforçar as capacidades empresariais, de gestão e técnicas do sector privado, apoiando a aquisição tecnológica, melhoramentos na produção e a formação e o desenvolvimento de conhecimentos especializados;
- Reforçar as câmaras de comércio, associações comerciais e profissionais e suas redes regionais;

- Organizar diálogo entre o governo e o sector privado com vista a desenvolver uma visão comum da estratégia de desenvolvimento económico e remover os constrangimentos ao desenvolvimento do sector privado;
- Reforçar e encorajar o crescimento das indústrias micro, de pequeno e médio portes através de apoio técnico apropriado de instituições de serviço e da sociedade civil, e melhorar o acesso a capital, reforçando os esquemas de micro-financiamento, com particular atenção às mulheres empresárias.

Ao nível Internacional:

- Promover programas de desenvolvimento empresarial para gestores de formação de empresas africanas;
- Proporcionar assistência técnica para o desenvolvimento de um clima regulatório apropriado, promovendo empresas micro, de pequeno e médio portes e estabelecendo esquemas de micro-financiamento para o sector privado africano.

(viii) Promoção de Exportações Africanas

165. Objectivos

- Melhorar os procedimentos dos regimes aduaneiros e de remissão de imposto/abatimento;
- Abordar a questão das barreiras comerciais nas trocas internacionais através do melhoramento das normas;
- Incrementar o comércio intra-regional promovendo a interacção transfronteiriça entre empresas africanas;
- Inverter a imagem negativa da África através da resolução de conflitos e comercialização;
- Tratar das insuficiências africanas a curto prazo, em termos de conhecimentos especializados, através de incentivos apropriados e de formação ao nível de empresas.

166. **Acções**

Ao nível africano:

- Promover comércio intra-africano com vista a adquirir, no interior da África, produtos anteriormente importados de outros cantos do Mundo;
- Criar mecanismos de comercialização e instituições capazes de desenvolver estratégias para a comercialização de produtos africanos;
- Publicitar companhias africanas de importação e exportação, e seus produtos, através de feiras comerciais;
- Reduzir os custos de transações e operações;
- Promover e melhorar acordos comerciais regionais, forjar a liberalização comercial inter-regional e harmonizar regras de origem, tarifas e normas de produtos;
- Reduzir impostos de exportação.

Ao nível internacional:

- Negociar medidas e acordos tendentes a facilitar acesso de produtos africanos ao mercado mundial;
- Encorajar investimento estrangeiro directo;
- Assistir na capacitação do sector privado, bem como no reforço da capacidade sub-regional e de países nas negociações comerciais, implementando as regras e os regulamentos da OMC, e identificando e explorando novas oportunidades comerciais que emergem do novo sistema de trocas multilaterais;
- Os Chefes de Estado Africanos devem garantir uma participação activa no sistema comercial mundial que tem sido gerido sob os auspícios da OMC desde 1995. Se uma nova ronda de negociações multilaterais for iniciada, deve reconhecer e satisfazer as preocupações, necessidades e interesses especiais do Continente africano nas futuras regras da OMC.

167. A participação no sistema comercial mundial deve estimular:

- um acesso a mercados aberto, previsível e geograficamente diversificado para as exportações da África;
- a provisão de um fórum em que os países em vias e desenvolvimento possam, colectivamente, apelar para que os países desenvolvidos façam ajustamentos estruturais nas indústrias que presentemente detêm a vantagem competitiva natural;
- transparência e predictabilidade como pre-condições para maior investimento, em compensação pelo estímulo da capacidade de oferta e dos ganhos a partir do existente acesso a mercados;
- assistência e apoio técnicos para reforçar a capacidade institucional dos estados africanos de utilizarem a OMC e de se engajarem em negociações comerciais multilaterais.

168. Em adição a um apoio abrangente à OMC, os chefes de estado africanos devem identificar áreas estratégicas de intervenção e, juntamente com a comunidade internacional, reforçar a contribuição do comércio à recuperação do continente. As áreas estratégicas incluem:

- a identificação de áreas chave na produção de exportações que se confrontam com impedimentos de oferta;
- a diversificação da produção de exportações, particularmente nas existentes e potenciais áreas de vantagem competitiva, e tomando em consideração a necessidade de avançar para uma maior produção de valor acrescentado;
- avaliação do âmbito de maior liberalização de manufacturas, dada a concentração do acesso nos sectores de valor acrescentado e sua reestruturabilidade nas actividades de valor acrescentado com maior potencial económico e de crescimento;
- renovada acção política por parte de países africanos no sentido de intensificarem e aprofundarem as várias iniciativas de integração no Continente. Para o efeito, deve dar-se consideração:

- ? ? ao sistema de comércio preferencial discricionário às trocas intra-africanas;
- ? ? ao alinhamento dos objectivos de política comercial e industrial nacionais e regionais, deste modo aumentando o potencial para comércio crítico intra-regional à sustentabilidade de arranjos económicos regionais.

169. Os Chefes de Estado devem agir no sentido de:

- assegurarem e estabilizarem um tratamento preferencial por parte dos parceiros-chave dos países desenvolvidos, por exemplo, o Sistema Generalizado de Preferências (SPG-GSPs), o Acordo de Cotonou, a Iniciativa de "Tudo Menos Armas" (TMA) e o Acto de Crescimento e de Oportunidades para a África (AGOA);
- garantir que maior liberalização multilateral não impeça os ganhos preferenciais desses acordos;
- identificar e abordar deficiências na sua concepção e aplicação.

(ix) Eliminação de Barreiras Não-Tarifárias

170. Os líderes africanos acreditam que um melhor acesso aos mercados dos países industrializados para os produtos em que o Continente tem uma vantagem comparativa, é crucial. Embora se tenham registado importantes melhoramentos em termos da redução de tarifas, nos últimos anos, ainda continua a haver expectativas significativas nas tarifas, ao mesmo tempo que as barreiras não-tarifárias constituem também importantes impedimentos. O progresso nessa questão pode estimular grandemente o crescimento económico e a diversificação da produção e das exportações africanas. A dependência na APD pode declinar e os projectos infraestruturais podem passar a ser mais viáveis como resultado de maior actividade económica.

VI. A NOVA PARCERIA GLOBAL

171. A África reconhece as injustiças históricas seculares e a necessidade de as corrigir. A injucção central da nova parceria é, todavia, no sentido de esforços combinados que devem melhorar a qualidade de vida das populações africanas, o mais rapidamente possível. Para isso, há responsabilidades partilhadas e benefícios mútuos para a África e os seus parceiros.

172. A revolução tecnológica global carece de uma base expandida de recursos, uma ampla esfera de mercados, novas fronteiras de esforços científicos, capacidade colectiva do conhecimento humano e um sistema ecológico bem gerido. Estamos cientes de que muitos dos recursos minerais e outros materiais da África constituem importantes insumos aos processos de produção dos países desenvolvidos.

173. Além da sua indispensável base de recursos, a África oferece um vasto e crescente mercado para produtores no mundo inteiro. Uma África em desenvolvimento, com maiores números de trabalhadores no emprego e capacitados e uma classe média, constituiria um mercado alargado para produtos manufacturados do mundo, bens intermédios e serviços.

174. Ao mesmo tempo, a África proporciona uma grande oportunidade para investimentos. *A Nova Parceria para o Desenvolvimento de África* cria oportunidades para esforços internacionais conjuntos no desenvolvimento de infraestruturas, particularmente na TIC e nos transportes.

175. A África abre também perspectivas para parcerias criativas entre os sectores público e privado na beneficiação, nas agro-indústrias, no turismo, no desenvolvimento de recursos humanos e na abordagem aos desafios da renovação urbana e do desenvolvimento rural.

176. Por outro lado, a biodiversidade da África - incluindo a sua rica flora e fauna e as florestas chuvosas - constituem um importante recurso global no combate à degradação ambiental colocada pela depleição da camada de ozono e a mudança climática, bem como a poluição atmosférica e da água, por emissões industriais e tóxicas.

177. A expansão de oportunidades educacionais e outras em África, pode estimular a contribuição do Continente à ciência, tecnologia e cultura mundiais, em benefício da comunidade inteira. Afinal de contas, a ciência moderna reconhece que a África é o berço da humanidade. Fosseis, artefactos, obras artísticas e versões de estabelecimentos humanos antigos,

encontram-se por todos os cantos da África, proporcionando assim evidência material da emergência de *homosépietes* e a progressão da humanidade.

178. Como parte do processo de reconstruir, a identidade e a auto-confiança dos povos africanos, é necessário que isso seja compreendido e valorizado pelos próprios africanos. Na mesma esteira, o estatuto da África enquanto berço da humanidade, deve ser reconhecido pelo mundo inteiro como sendo a origem de todos os seus povos.

179. O rico legado cultural da África, é reflectido nos artefactos do seu passado, na sua literatura, nas suas filosofias, na sua arte e música. Isso deve servir tanto como um meio para a consolidação do orgulho dos africanos na humanidade inteira e confirmação da humanidade comum dos povos do mundo.

180. A *Nova Parceria para o Desenvolvimento da África* tem, como um dos seus alicerces, a expansão de fronteiras democráticas e o aprofundamento da cultura de direitos humanos. Uma África democrática transformar-se-á num dos pilares da democracia dos direitos humanos e da tolerância mundiais. Os recursos mundiais presentemente dedicados à resolução de conflitos civis e inter-Estados, podem, conseqüentemente, ser libertados para empreendimentos mais compensatórios.

181. A não realização de uma tal iniciativa, ou seja o colapso de mais Estados africanos, representa uma ameaça não só aos africanos, mas também à paz e segurança mundiais. Para os países industrializados, o desenvolvimento da África poderá reduzir os níveis de exclusão social global e mitigar uma importante fonte potencial da instabilidade social mundial.

182. A África está acometida ao desenvolvimento e ao reforço de parcerias Sul-Sul.

Estabelecimento de um Novo Relacionamento com Países Industrializados e Organizações Multilaterais

183. Uma dimensão crítica no sentido de os africanos assumirem responsabilidade pelo destino do continente, reside na necessidade de negociarem um novo relacionamento com os seus parceiros de desenvolvimento. A maneira pela qual a assistência ao desenvolvimento é prestada cria, em si, sérios problemas para os países em vias de desenvolvimento. A necessidade de negociar com, e responder separadamente perante doadores que apoiam o mesmo sector ou programa é tanto complicada, como ineficaz. Ao mesmo tempo, a ligação de assistência ao desenvolvimento a certos pré-requisitos, gera mais ineficiências. Aqui, o apelo é no sentido de um novo relacionamento que considere os programas nacionais como um ponto de partida. O novo relacionamento deve estabelecer metas e padrões de desempenho mutuamente acordados tanto para os doadores, como para os recipientes. Vários casos demonstram claramente que o fracasso de projectos não deve apenas ao fraco desempenho dos recipientes, mas também ao mau conselho dado pelos doadores.

184. As várias parcerias que existem entre a África e os países industrializados, por um lado, e instituições multilaterais, por outro, serão mantidas. As parcerias em questão, incluem, entre outros, a Nova Agenda das NU para o Desenvolvimento da África na Década de 1990. O Plano de Acção da Cimeira África-Europa do Cairo; a Estratégia de Parceira liderada pelo Banco com a África, os PRSPs liderados pelo FMI; a Agenda do Tóquio para Acção liderada pelo Japão; o AGOA dos Estados Unidos; e o Compacto Global com a África liderado pela CEA. O objectivo sendo o de racionalizar essas parcerias e de garantir que benefícios reais delas decorram.

185. O líderes africanos prevêm as seguintes responsabilidades e obrigações dos países desenvolvidos e das instituições multilaterais:

- Apoiar materialmente mecanismos e processos que visam a prevenção, gestão e resolução de conflitos em África, bem como iniciativas de manutenção da paz;
- Acelerar a redução da dívida aos países africanos altamente endividados, em conjunto com programas mais eficazes da redução da pobreza, para os quais a Parceria Estratégica com a África e as iniciativas dos PRSPs constituem importantes pontes de partida;

- Melhorar as estratégias de palição da dívida para os países de rendimento médio;
- Inverter o declínio dos fluxos da APD para a África e atingir o nível médio desses fluxos equivalentes a 0,7% do produto nacional bruto (PNB) de cada país desenvolvido dentro de um período acordado. Maiores fluxos de ajuda serão utilizados para complementar os fundos libertos pela redução da dívida para acelerar a luta contra a pobreza;
- Traduzir em engagements concretos as estratégias internacionais adoptadas nos domínios da educação e da saúde;
- Facilitar o desenvolvimento de uma parceria entre países, companhias farmacêuticas internacionais e organizações da sociedade civil, com vista a assegurar urgentemente acesso a medicamentos existentes aos africanos que sofrem de doenças infecciosas;
- Admitir produtos aos mercados de países desenvolvidos através de iniciativas bilaterais, e negociar termos de troca mais equitativos para países africanos no contexto do quadro multilateral da OMC;
- Trabalhar com líderes africanos no sentido de encorajar investimento em África, por parte do sector privado dos países desenvolvidos, nomeadamente o estabelecimento de regimes de seguro e instituições financeiras capazes de ajudar prémios de risco menor sobre investimentos em África;
- Elevar os padrões de protecção do consumidor para as exportações de países desenvolvidos aos países em vias de desenvolvimento, tal como aplicado aos mercados nacionais destes últimos;
- Garantir que o Banco Mundial e outras instituições multilaterais de financiamento ao desenvolvimento participem como investidores nos projectos-chave de infra-estrutura económica, para facilitar e assegurar a participação do sector privado;

- Proporcionar um suporte técnico para acelerar a implementação do programa de acção incluindo o reforço da capacidade da África na gestão da planificação e do desenvolvimento, regulação financeira e infra-estrutural, contabilidade e auditoria e o desenvolvimento, a construção e a gestão de infra-estruturas;
- Apoiar as reformas governamentais e instituições financeiras multilaterais para melhor responderem às necessidades e às preocupações de países africanos;
- Estabelecer mecanismos coordenados para combater efectivamente a corrupção, bem como engajá-los a devolver o dinheiro (proventos) de tais práticas para a África.

VII. IMPLEMENTAÇÃO DA NOVA PARCERIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA

186. Reconhecendo a necessidade de estabelecer sequência e priorização, os Presidentes iniciadores propõem que os seguintes programas sejam acelerados, em colaboração com parceiros de desenvolvimento:

- Doenças transmissíveis: VIH/SIDA, paludismo e tuberculose;
- Tecnologia de informação e comunicações;
- Redução da dívida;
- Acesso a mercados.

187. Já foi feito trabalho em todos esses programas, através de uma variedade de parcerias e instituições internacionais. Porém, a participação e a liderança da África deve ser reforçada para melhor responder. Acreditamos que a abordagem dessas questões pode acelerar a renascência do continente. (Propostas detalhadas sobre cada programa constam dos anexos).

Projectos

188. Ao mesmo tempo que os promotores da *Nova Parceria para o Desenvolvimento da África* apreciam os perigos de um projecto de abordagem ao desenvolvimento, propõem uma série de projectos que julgam ser cruciais ao desenvolvimento regional integrado, tal como concebido pela *Nova Parceria para o Desenvolvimento da África*. Esses projectos não só irão reforçar programas de desenvolvimento de países e regiões, como também contribuirão para o relançamento da regeneração do continente.

189. Os projectos a seguir apresentados apenas são para fins ilustrativos. Uma lista detalhada de projectos pode ser vista no web site da *Nova Parceria para o Desenvolvimento da África* (WWW.mapstrategy.com).

(i) Agricultura

190. Ampliar o âmbito e a operação do plano de acção integrado da gestão da terra e da água em África. O projecto versa-se sobre a manutenção e o melhoramento da frágil base de recursos naturais agrícolas da África. Vários governos africanos já estão a implementar essas iniciativas como parte deste programa. Entre os parceiros figuram a Facilidade Ambiental Mundial (FAM-

GEF), o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento, a FAO e outras agências doadoras bilaterais.

191. A reforçar e reenfocar a capacidade dos sistemas africanos de investigação e extensão agrícolas. O projecto trata da questão do melhoramento das infra-estruturas físicas e institucionais que apoiam a agricultura da África. A inovação e difusão tecnológica têm um enorme potencial para acelerar o rendimento e a produtividade agrícolas, mas o continente carece da necessária capacidade de investigação para conseguir grandes resultados. Entre os principais actores figuram o Fórum da Investigação Agrícola em África (FIAA-FARA), o Banco Mundial, a FAO e o Grupo Consultivo da Investigação Agronómica Internacional (CEGIAR).

(ii) Promoção do Sector Privado

192. A experiência internacional sugere que uma das melhores práticas na promoção de empresas em áreas altamente inovativas, é através do estabelecimento de incubadoras de negócio. Esse projecto irá conceber as necessárias linhas de orientação e políticas para o estabelecimento de tais incubadoras ao nível nacional, tirando inspiração da experiência internacional e da melhor prática estabelecida, concebidas para as necessidades e condições africanas.

(iii) Infra-estrutura e Integração Regionais

193. A *Nova Parceria do Desenvolvimento da África* identificou vários projectos nos domínios da energia, dos transportes, das telecomunicações e dos recursos hídricos, cruciais ao desenvolvimento integrado da África. Os projectos situam-se a vários níveis de desenvolvimento e requerem financiamento. A próxima etapa é a de acelerar o seu desenvolvimento contínuo em colaboração com o Banco Africano de Desenvolvimento, o Banco Mundial e outras instituições multilaterais.

194. Os Presidentes iniciadores são de opinião de que, a menos que a questão do desenvolvimento infra-estrutural seja abordada numa base planeada - ou seja, ligada ao desenvolvimento regional integrado - o processo da renovação do Continente jamais iniciará. Por conseguinte, a comunidade internacional é instada a apoiar a África na aceleração do desenvolvimento infra-estrutural. Projectos infra-estruturais detalhados podem ser vistos no web site da *Nova Parceria para o Desenvolvimento da África* (WWW.mapstrategy.com).

Avaliação de Necessidades

195. Como parte da avaliação da acção necessária nos sectores prioritários, será levada a cabo uma avaliação de necessidades, começando do nível nacional aos níveis sub-regionais e regionais. Isso tem como objectivo avaliar as necessidades nos cinco sectores prioritários em termos de estruturas e pessoal.

196. A avaliação das necessidades sectoriais sub-regionais começará com a avaliação das necessidades nacionais. Propõe-se que os peritos e os Ministros de cada sub-sector se reunam numa das capitais sub-regionais. Para cada sector, dados nacionais seriam agregados e utilizados para elaborar um plano sectorial sub-regional. Depois de avaliadas as necessidades sectoriais sub-regionais nos cinco sectores, estes podem ser agregados para constituir um plano regional geral.

197. Sublinhe-se que as necessidades sectoriais sub-regionais não devem ser simplesmente acrescentadas - o ponto de partida é uma perspectiva sub-regional que leve a pelo menos dois novos elementos:

- Necessidades específicas da sub-região concebida como um espaço único para todos os Estados dessa sub-região. Por exemplo, as estradas e os caminhos de ferro não serão concebidos a partir de uma perspectiva nacional, mas sim sub-regional;
- Necessidades que devem ser racionalizadas numa base sub-regional. Por exemplo, as universidades devem ser distribuídas segundo um raciocínio territorial sub-regional.
- Por último, as necessidades do Continente serão avaliadas nos cinco sectores considerados prioritários à luz dos planos sub-regionais globais. Os pormenores podem ser vistos no web site da *Nova Parceria para o Desenvolvimento da África* (WWW.mapstrategy.com).

Mecanismo de Gestão da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África

198. Os Chefes de Estado promotores da *Nova Parceria para o Desenvolvimento da África* aconselharão a UA quanto a um mecanismo apropriado para a sua implementação.

199. Será necessário um apoio técnico central ao mecanismo de implementação nas áreas da investigação e da formulação de políticas.

Comité de Implementação de Chefes de Estado

200. Um Comité de Implementação de Chefes de Estado constituída pelos cinco Chefes de Estado promotores da *Nova Parceria para o Desenvolvimento da África* e dez outros (dois de cada região) será constituído para a implementação.

201. O dito Comité de Implementação terá as seguintes atribuições:

- Identificar questões estratégicas que carecem de investigação, planificação e gestão ao nível continental;
- Estabelecimento de mecanismos encarregues de rever o progresso na realização de metas e observação de padrões mutuamente acordados;
- Revisão do progresso feito na implementação de anteriores decisões e adopção de medidas apropriadas para resolver problemas e atrasos.

VIII. CONCLUSÃO

202. A *Nova Parceria para o Desenvolvimento da África* tem como objectivo consolidar a democracia e a óptima gestão económica no Continente. Através do Programa, os líderes africanos estão a fazer um engajamento perante o povo africano e o mundo no sentido de juntos trabalharem na reedificação do Continente. É uma promessa para promover paz, estabilidade, democracia, óptima gestão económica e desenvolvimento centrados no povo, e para que cada um responda perante o outro em termos dos acordos delineados no Programa.

203. Ao propor a parceria, a África reconhece que detém a chave ao seu próprio desenvolvimento. Nós afirmamos que a *Nova Parceria para o Desenvolvimento da África* proporciona uma oportunidade histórica para os países desenvolvidos do mundo se engajarem numa genuína parceria com a África, baseada no interesse mútuo, em acometimentos partilhados e em acordos vinculativos.

204. A adopção de uma estratégia de desenvolvimento, tal como estabelecido na abordagem geral acima delineada, juntamente com um programa de acção detalhado, irá marcar o início de uma nova fase na parceria e cooperação entre a África e o mundo desenvolvido.

205. Em cumprimento desta promessa, a agenda deve dar esperança a emancipada criança africana de que o Século XXI é realmente o Século da África.

ABUJA, NIGÉRIA

OUTUBRO DE 2001